

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Aspectos Empresariais do E-Social**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121810

Professor: Prof. Dr. Cristiano Colombo

EMENTA

O sistema do E-Social, seus aspectos teóricos e legais: objetivos e conceitos do E-Social. As regras gerais para sua implantação. Fluxo de Informações. Verbas Trabalhistas e E-Social. Operacionalização do sistema do E-Social. O acesso ao sistema do E-Social e lançamento de informações. O dever empresarial com o sistema.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Análise dos impactos nos processos internos e externos do sistema. Revisão das práticas com diferentes tipos de trabalhadores. Os processos administrativos e judiciais com impacto no recolhimento dos tributos sobre a folha de pagamento. E-Social e Segurança do Trabalho. Registro eletrônico de empregados, registros de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, afastamentos temporários e riscos ocupacionais. Os registros de estabilidade, férias e os processos de desligamento do trabalhador. Implementação do E-Social nas Empresas. Rotinas e Auditoria.

OBJETIVOS

- a) Conhecer o sistema do E-Social;
- b) Utilizar o sistema do E-Social como ferramenta de gestão empresarial;
- c) Reconhecer o sistema do E-Social na rotina da empresa, especialmente no tocante ao risco do meio ambiente laboral.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, C. A; GONÇALVES FILHO, C; REIS, M. T. Estratégia Empresarial: o desafio nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2006.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; CARVALHO, Paulo de Barros. Justiça Econômica e Social. São Paulo: Noeses, 2017.

IBRAHIM, Fábio Zambite. Curso de direito previdenciário. 20. ed. Rio de Janeiro: Impetrus, 2015.

KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis et al. Prática processual previdenciária: administrativa e judicial. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Livro Eletrônico.

LEITÃO, André Studart. Manual de direito previdenciário. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro Eletrônico.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário. 3. ed. São Paulo: LTr, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

POMPEU, Ivan Guimarães; BENTO, Lucas Fulanete Gonçalves; POMPEU, Renata Guimarães. (Coords.) Estudos sobre Negócios e Contratos: uma perspectiva internacional a partir da análise econômica do Direito. São Paulo: Almedina Brasil, 2017.

REZENDE, Mardele Eugênia Teixeira. E-social Aplicado às Rotinas Trabalhistas. O Novo Modelo de Gestão. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

TIMM, Luciano Beneti (Org.). Direito e Economia no Brasil. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de direito constitucional. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- DIAS, Eduardo Rocha. Curso de direito previdenciário. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.
- DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria geral dos direitos fundamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- EDUARDO, Ítalo Romano. EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. Curso de direito previdenciário. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- FREITAS, Rafael Vêras; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FEIGELSON, Bruno (Coord.) Regulação e Novas Tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- JORGE, Társis Nametela Sarlo. Teoria geral do direito previdenciário e questões controvertidas do regime geral (INSS), do regime dos servidores públicos e dos crimes previdenciários. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- JÚNIOR, Nilson Martins Lopes. Direito previdenciário: Custeio e benefícios. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2010.
- KERTZMAN, Ivan. Curso prático de direito previdenciário. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.
- ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- RUBIN, Fernando. Aposentadorias previdenciárias no regime geral da previdência social. São Paulo: Atlas, 2015.
- RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de previdência social. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- SANTOS, Marisa Ferreira dos. LENZA, Pedro (Coord.) Direito previdenciário esquematizado. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SILVEIRA, João Augusto Câmara da. O conceito da incapacidade no âmbito do benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 17, n.1 p. 91130, jan./abr. 2015. Quadrimestral.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Contratos**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112150

Professor: Prof. Dr. Fabiano Koff Coulon

EMENTA

Estudo do instituto jurídico “contrato” mediante a análise dos pressupostos teóricos que o fundamentam. Princípios incidentes em matéria contratual; sua formação e responsabilidade pré-contratual. Principais espécies contratuais. Disciplina dos contratos e sua repercussão econômica (análise econômica do contrato). Conexidade e catividade contratual. Contratos de consumo, empresariais e internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Formalismo e funcionalismo no direito dos contratos.
- Análise econômica dos contratos: assimetria de informações, risco moral (moral hazard), seleção adversa (adverse selection) e sinalização.
- Princípios de direito obrigacional/contratual: autonomia privada, boa-fé objetiva, equilíbrio e função social.
- Formação dos contratos.
- Interpretação dos contratos civis, empresariais, de consumo e internacionais.
- Responsabilidade civil e contratos.
- Tipicidade, atipicidade e espécies contratuais.

PLANO DE ENSINO

Data	Horário	Tema	Orientação
------	---------	------	------------

06/04/2024	09h - 12h	Apresentação da disciplina e da metodologia. Divisão dos seminários. Análise Econômica do Direito Contratual: Coase e os Custos de Transação - Introdução.	Aula expositiva e dialogada com o Professor.
13/04/2024	09h - 12h	Análise Econômica do Direito Contratual: Teoria dos Custos de Transação de Oliver Williamson.	Aula expositiva e dialogada com o Professor.
20/04/2024	09h - 12h	Análise Econômica do Direito Contratual: Assimetria Informacional, em especial Risco Moral e Seleção Adversa	Aula expositiva e dialogada com o Professor.
27/04/2024	09h - 12h	Seminário: Incompletude Contratual, a Problemática do Contrato no Tempo e ADRs, em especial Dispute Boards.	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos.
04/05/2024	09h - 12h	Seminário: Especificidades dos Contratos Empresariais	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos.
11/05/2024	09h - 12h	Seminário: Contratos e Relações de Trabalho na Atualidade.	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos
18/05/2024	09h - 12h	Seminário: Redes de Contratos.	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos.
25/05/2024	09h - 12h	Seminário: Contrato e Novas Tecnologias: Blockchain e Smart Contracts	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos.
31/05/2024	15h - 18h	Seminário: Linguagem e interpretação contratual e Legal Design.	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos. Encerramento da Disciplina.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, o que requer frequência, engajamento efetivo nas discussões e apresentação oral de leituras prévias efetivadas sobre os temas dos seminários (10% da nota final); 2. Participação efetiva na apresentação do respectivo seminário temático (40% da nota final); 3. entrega pontual e qualidade do artigo final (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.
- CATALAN, Marcos *et al.* **Direito dos contratos**. São Paulo: RT, 2008.
- COASE, Ronald H. **The firm, the market and the law**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- COUTO E SILVA, Clóvis. **A obrigação como processo**. São Paulo: Bushatsky, 1976.
- FORGIONI, Paula A. **Teoria geral dos contratos empresariais**. São Paulo: RT, 2010.
- ROPPO, Enzo. **O contrato**. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 2009.
- TIMM, Luciano Benetti (org.). **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.
- TIMM, Luciano Benetti. **Direito contratual brasileiro: críticas e alternativas ao solidarismo jurídico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- WEINRIB, Ernest J. **The idea of private law**. Cambridge: Harvard University 1995.
- WILLIAMSON, Oliver E. **The economic institutions of capitalism**. New York: Free Press, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor: resolução**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Aide, 2003.
- AMARAL NETO, Francisco dos Santos. **A autonomia privada como princípio fundamental da ordem jurídica perspectivas estrutural e funcional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. (Doutrinas Essenciais de Direito Civil, 2).

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Função social dos contratos**: interpretação à luz do Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2009.

DRESCH, Rafael de Freitas Valle. **Fundamentos do direito privado**: uma teoria da justiça e da dignidade humana. São Paulo: Atlas, 2013.

FORGIONI, Paula A. Integração dos contratos empresariais: lacunas, atuação dos julgadores, boa-fé e seus limites. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 45, p. 229-244, 2015.

FURUBOTN, Erik G.; RICHTER, Rudolf. **Institutions & economic theory**: the contribution of the new institutional economics. 2nd ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

GORDLEY, James. **Foundations of private law**: property, tort, contract, unjust enrichment. New York: Oxford University Press, 2006.

HAYEK, Friedrich A. **Individualism and economic order**. Chicago: University of Chicago Press, 1948.

JENSEN, Michael. **Foundations of organizational strategy**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Contratos relacionais e defesa do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor**: o novo regime das relações contratuais. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**. São Paulo: RT, 2000.

NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato**: novos paradigmas. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

RODRIGUEZ, José Rodrigo; SALAMA, Bruno Meyerhof. **Para que serve o direito contratual?**: direito, sociedade e economia. São Paulo: Direito GV, 2014.

SILVA, Luis Renato Ferreira da. **Reciprocidade e contrato**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Desenvolvimento Econômico e Mercado de Trabalho**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121805

Professor: Prof. Dr. Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Introdução e análise da abordagem de Análise Econômica do Direito, com ênfase no estudo da Microeconomia e Macroeconomia aplicadas ao estudo do fenômeno jurídico. Exame das principais vertentes de Análise Econômica do Direito que possuem proximidade com o Direito e, especialmente, com o Direito do Trabalho, tais como Análise Econômica do Direito Empresarial, Análise Econômica do Direito Contratual e Análise Econômica do Direito da Regulação e Concorrencial. Estudo da economia organizacional sob a ótica dos custos de transação e da teoria da agência. Construção dos conhecimentos sobre economia da cooperação. Aplicação da teoria dos jogos nas relações empresariais com vistas a formar no aluno uma visão sobre a nova economia institucional e os custos do descumprimento contratual nas relações de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Análise Econômica do Direito e sua aplicação ao Direito do Trabalho. Economia Organizacional e Custos de Transação. O Mercado de Trabalho Brasileiro. Análise de Dados Estatísticos. Desalentados. Custo do Descumprimento do Contrato de Trabalho.

OBJETIVOS

- a) Entender os mecanismos de tomada de decisão, aplicando o conhecimento da Microeconomia;
- b) Usar a Microeconomia como ferramenta fundamental para entendimento e previsão de comportamentos e estratégias, problematizando-a como questão basilar da realidade empresarial;

c) Desenvolver um amplo conhecimento do campo econômico, com uma visão característica do ambiente microeconômico.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, design thinking, frameworks, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COOTER, Robert Dandridge; SCHÄFER. O Nó de Salomão: como o Direito pode erradicar a pobreza no mundo. Tradução de Magnum Eltez. Curitiba: Editora CRV, 2017.

FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON, Bruno (Coord.). Regulação e novas tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

GORGA, E. Direito societário atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MACKAAY, Ejan; ROSSEAU, Stéphane. Análise Econômica do Direito. 2. ed. Tradução de Rachel Sztajn. São Paulo: Atlas, 2015.

PIMENTA, Eduardo Goulart. Direito Societário. Porto Alegre: Editora Fi, 2107.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: Prentice-Hall, 2016.

TIMM, Luciano Benetti Timm (Org.). Direito e Economia no Brasil. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

VARIAN, Hal R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTONELLO, Claudia S. A metamorfose da aprendizagem organizacional. In: RUAS, R.; ANTONELLO, C. S.; BOFF, L. H. (Org.). Os novos horizontes da gestão: aprendizagem organizacional e competências. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ARAÚJO, C. L. Resenha: - Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz. Revista Economia & Gestão, v. 4, n. 7, p. 143-145, 2004.

BARBOSA, Eliana. O Enigma da bota: enfrentando a sucessão empresarial com equilíbrio e sabedoria. São Paulo: Novo Século Editora, 2007.

GONÇALVES, C. A; GONÇALVES FILHO, C; REIS, M. T. Estratégia Empresarial: o desafio nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2006.

MACKAAY, Ejan; ROSSEAU, Stéphane. Análise Econômica do Direito. 2. ed. Tradução de Rachel Sztajn. São Paulo: Atlas, 2015.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: Prentice-Hall, 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Desenvolvimento, Direito e Sustentabilidade**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112151

Professores: Prof. Dr. Délton Winter de Carvalho

EMENTA

Aspectos estruturantes da matriz de desenvolvimento socioeconômico na Constituição brasileira. Estado Democrático Ambiental. Elementos constituintes do Estado Democrático Ambiental: Juridicidade e 'status' de direito fundamental. Dimensões do direito fundamental ao meio ambiente. Dimensões conceituais da Sustentabilidade. Sustentabilidade e equidade intergeracional. Instrumentos jurídico- econômicos de proteção ambiental. Economia Verde. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Serviços ecossistêmicos. A ordem econômica e a tutela ambiental na Constituição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 1:

Introdução à disciplina

Apresentação do Cronograma

1. Estado de Direito Ambiental e sua transversalidade (Direito, Economia, Política e Ciência)
 - 1.1. Elementos constituintes do Estado de Direito Ambiental
 - 1.1.1. Juridicidade ambiental
 - 1.1.2. Status de direito fundamental
 - 1.1.2.1. Dimensões do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente:
 - a) Dimensão subjetiva

- b) Dimensão objetiva
- 1.2. Deveres ambientais constitucionais:
- 1.3. Princípios estruturantes do Direito Ambiental.

Aula 2:

Gestão Jurídica do Riscos Ambientais: da prevenção à precaução

Sistema constitucional de governança dos riscos ambientais

Prevenção geral e graus de incerteza

Papel da Ciência e sua intersecção com o Direito

Prevenção “stricto sensu”: Modelo quantitativo

Cálculo de risco quantificável

Padrão probatório (reasonable probability)

Precaução

Critérios de ponderação

Ameaças graves e irreversibilidade

Incerteza e informação

Custo-benefício

Padrão probatório (reasonable satisfaction)

Análise jurisprudência selecionada.

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data:

CARVALHO, Délton Winter de. “Gestão Jurídica do Risco Ambiental.” *Gestão Jurídica Ambiental*. (doutrina e jurisprudência aplicadas). 2ª ed. São Paulo: RT, 2020.

Aula 3:

- 1. Responsabilidade Civil Ambiental.
- 1.1. Elementos da Responsabilidade Civil Ambiental.
- 1.2. Classificação e prova do Dano Ambiental, Individual e Coletivo.
- 1.3. Nexso causal: inversão do ônus vs. Teoria das Probabilidades

- 1.4. Solidariedade
- 1.5. Medidas Compensatórias.
- 2. Responsabilidade Administrativa Ambiental.
 - 2.1. Infrações ambientais
 - 2.2. Sanções ambientais
 - 2.3. Excludentes

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data:

CARVALHO, Délton Winter de. “Dano e Responsabilidade Civil Ambiental.” Gestão Jurídica Ambiental. São Paulo: RT, 2020; CARVALHO,

Délton Winter de. “Responsabilidade Administrativa Ambiental.” Gestão Jurídica Ambiental. São Paulo: RT, 2020.

Aula 4:

- 1. Direito dos Desastres
- 2. Autonomia
- 3. Gestão circular dos riscos
- 4. Funções: Mitigação e Prevenção; Resposta de Emergência; Compensação; Reconstrução
- 5. Casos: Mariana, Brumadinho, Covid

Leitura obrigatória:

CARVALHO, Délton Winter de. Desastres Ambientais e sua regulação jurídica: deveres de prevenção, resposta e compensação. São Paulo: RT, 2020.

Aula 5:

- 1. Direito Ambiental na Era das Mudanças Climáticas
 - 1.2. Sensitividade Climática
 - 1.3. Direito das Mudanças Climáticas
 - 1.4. Litigância estratégica: direitos humanos, ambiental e climática
 - 1.4.1. Litigiosidade como governança: rights turn
 - 1.4.2. Litigância Climática no Mundo.

1.4.3. Litigância Climática no Brasil.

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data:

CARVALHO, Délton Winter de. *Constitucionalismo Climático: a tridimensionalidade do Direito das Mudanças Climáticas*. (prelo) SETZER, Joana; CARVALHO, Délton Winter de. “Climate litigation to protect the Brazilian Amazon: Establishing a constitutional right to a stable climate.” *RECIEL – Review of European, Comparative & International Environmental Law*. July, 2021. (Prelo).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Délton Winter de. *Gestão Jurídica Ambiental*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2020.

CARVALHO, Délton Winter de. *Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

CARVALHO, Délton Winter de. *Desastres e sua regulação jurídica: deveres de prevenção, resposta e compensação ambiental*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2020.

FARBER, Daniel Farber; CARVALHO, Délton Winter de. (orgs.). *Estudos Aprofundados em Direito dos Desastres: interfaces comparadas*. Curitiba: Prismas, 2017.

FARBER, Daniel A.; FINDLEY, Roger W.. *Environmental Law*. 8. ed. West: St. Paul, 2010.

FARBER, Daniel A.. “Disaster Law in the Anthropocene.” In: Jacqueline Peel; David Fisher (eds.). *The Role of International Environmental Law in Disaster Risk Reduction*. Boston:

Brill Nijhoff, 2016.

SETZER, Joana; CARVALHO, Délton Winter de. “Climate litigation to protect the Brazilian Amazon: Establishing a constitutional right to a stable climate.” *RECIEL – Review of European, Comparative & International Environmental Law*. July, 2021.

SMITH, Joseph; SHEARMAN, David. *Climate Change Litigation: Analysing the law, scientific evidence & impacts on the environment, health & property*. Adelaide: Presidian, 2006.

BRADFORD, Mank. “Standing and Statistical Persons: a Risk-Based Approach to Standing.” *Faculty Articles and Other Publications*. Paper 127. University of Cincinnati College of Law Scholarship and Publications. University of Cincinnati College of Law, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMERON, James. *Globalization and the Ecological State*. *Review of European Community and International Environmental Law*. v. 8, issue 3, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estado de direito*. Lisboa: Gradiva, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes Canotilho. Juridicização da Ecologia ou Ecologização do Direito. Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente, Coimbra, n. 4, dezembro, 1995.

CARVALHO, Délton Winter de; DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. Direito dos Desastres. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

FARBER, Daniel. Disaster Law and Emerging Issues in Brazil. Revista de estudos constitucionais, hermenêutica e teoria do direito-(RECHTD), 4(1): 2-15 janeiro-junho, 2012.

FARBER, Daniel. "Uncertainty." The Georgetown Law Journal. v. 99, 2011.

FERRER, Gabriel Real. Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del Derecho. Revista de Derecho Ambiental, AbeledoPerrot, Buenos Aires, nº 32, octubre-diciembre 2012, págs. 65-82.

GOMES, Carla Amado. A Idade da Incerteza: reflexões sobre os desafios de gerenciamento do risco ambiental. In: LOPEZ, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias;

LUHMANN, Niklas. Risk: a sociológica

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Direito Sindical em Perspectiva**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: MP14001-00175

Professor: Prof. Dr. Maurício de Carvalho Góes

EMENTA

A razão histórica da construção autônoma de normas no Direito do Trabalho: “negociação” coletiva. Mau uso da palavra. Gênese do Direito do trabalho. A função da norma coletiva no âmbito da regulação jurídica da relação social de trabalho. Poder Normativo da Justiça do Trabalho. Os dissídios coletivos e a atuação dos Tribunais. Alterações introduzidas pela Reforma Trabalhista e que afetam a atuação sindical. A história da regulação jurídica do conceito de categoria profissional. Representação de empregados no âmbito da empresa. Greve. Conceito de “trabalhador coletivo”. As greves na história das relações de trabalho no Brasil. A resposta estatal ao movimento coletivo dos trabalhadores. O atrelamento do Sindicato ao Estado: assistencialismo e controle.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Sindicalismo no Brasil Contemporâneo. Raízes do Movimento Sindical. Reforma Trabalhista e Direito Coletivo do Trabalho. Greve. Custeio Sindical. O Sindicato na Estrutura dos Governos Brasileiros.

OBJETIVOS

- a) Estudar a importância do movimento sindical na efetivação de direitos trabalhistas;
- b) Compreender o sindicato como elemento patronal;
- c) Refletir acerca do custeio sindical e a polêmica Reforma Trabalhista.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, design thinking, frameworks, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, Alice Monteiro de. Ordem pública e tutela do emprego: as dispensas individuais no ordenamento brasileiro - dispensa coletiva e por motivos censuráveis no ordenamento jurídico europeu. Revista do Tribunal Superior do Trabalho. Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. jul./dez. 2002.

MAGANO, Octavio Bueno. Convenção nº 158 da OIT. In Trabalho & Doutrina. São Paulo: Saraiva, nº 11, dezembro de 1996, p. 39-40.

ROMAGNOLI, Umberto. Sobre El Despido o La Violencia Del Poder Privado. In Revista de Derecho Social Latinoamérica. Buenos Aires, n. 4-5, p. 9-15, 2008.

SEVERO, Valdete Souto. Garantia de Manutenção no Emprego: Condição de Possibilidade da Verdadeira Negociação Coletiva. In Cadernos da Amatra 4, 9a edição, out/dez 2008.

SEVERO, Valdete Souto. Proteção Contra a Despedida Arbitrária ou Sem Justa Causa: Artigo 7º, I, da Constituição. In Revista de Processo do Trabalho e Sindicalismo. Porto Alegre: HS Editora, p. 188-210, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SOARES FILHO, José. A proteção da relação de emprego: análise crítica em face de normas da OIT e da legislação nacional. São Paulo: LTr, 2002.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A convenção nº 158 da OIT e a perda do emprego. Jornal Trabalhista Consulex: Brasília. Brasília, DF, n.1248, 17 nov. 2008.

VIANA, Márcio Túlio. Trabalhador sem medo - alguns argumentos em defesa da convenção n.158 da oit. Revista LTr: Legislação do Trabalho: São Paulo. São Paulo, v.72, n.4, p.438-443, abr. 2008.

WANDELLI, Leonardo Vieira. Despedida Abusiva. O Direito (do trabalho) em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: LTr, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Direito Tributário e Tributação**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121797

Professor: Prof. Dr. Éderson Garin Porto

EMENTA

Análise da estrutura do sistema tributário brasileiro, no que se refere aos princípios que delineiam a tributação, os principais diplomas infraconstitucionais e os tributos propriamente ditos que impactam a atividade privada. Aspectos importantes que afetam a tomada de decisão do contribuinte, como carga tributária, custos de transação e de conformidade com a legislação tributária e planejamento tributário. Os impactos e consequências das normas de tributação internacional e de tributação sobre o comércio exterior na atividade privada. A economia encaminha-se para uma globalização cada vez maior, e as normas tributárias que afetam importação e exportação de bens e serviços, assim como a renda internacional de empresas, no que se referem as suas controladas e coligadas em diversas jurisdições, passam a ter importância crucial na tomada de decisão das empresas brasileiras. Tributos sobre importação e exportação, tratados internacionais e preços de transferência, dentre outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1) AULA 06/04/2024 (09:00-12:00): Introdução à tributação. Porque e para quê existem tributos; princípios constitucionais, Finanças Públicas, Custo dos Direitos, Equilíbrio Fiscal. Aula expositiva. Aula Expositiva
- 2) AULA 20/04/2024 (09:00-12:00): Análise Econômica da Tributação. Tributação sobre bases econômicas, Escolha Racional, trade-offs entre justiça, igualdade e neutralidade; Tributação Ótima; Liberdade Econômica, Direitos sociais e tributação; Segurança Jurídica e Cálculo Econômico; Texto e Norma, Princípios e Regras, Comunicação e Interpretação. Teoria dos Jogos. Aula expositiva.
- 3) AULA 04/05/2022 (09:00-12:00): Direito Tributário Internacional: limites territoriais da lei. Fontes do Direito Tributário Internacional. Normas internacionais e relação com a legislação interna.

Elementos de Conexão. Tratados Internacionais em matéria tributária. Tributação sobre Controladas e Coligadas no Exterior. Incentivos Fiscais. Trusts e Planejamento Tributário; BEPS (Base Erosion Profit Shifting). Aula Expositiva.

4) AULA: Extrafiscalidade. Planejamento Tributário e Propósito Negocial; Infrações e Sanções Tributárias; Tax Morality; Tributação da economia digital.

4) AULA 18/05/2024 (09:00-12:00): Extrafiscalidade. Planejamento Tributário e Propósito Negocial; Infrações e Sanções Tributárias; Tax Morality; Tributação da economia digital. Aula expositiva.

5) AULA 31/05/2024 (18:30 -21:30): Reforma Tributária. EC nº 132/2023. Reforma Tributária da Renda.

6) AULA 08/06/2024 (09:00-12:00): Estudo de caso: Caso Neymar – Acórdão 2402-005.703, Processo nº 15983.720065/2015-11, j. 15/03/2017.

7) AULA 14/06/2024 (18:30 -21:30): Estudo de caso: Tema 69, STF.

8) AULA 22/06/2024 (09:00-12:00): Estudo de caso: Temas 881 e 885 do STF.

9) AULA 29/06/2024 (09:00-12:00): Estudo de caso: Tema 745, STF.

AVALIAÇÃO

Com exceção das cinco primeiras aulas expositivas, ministradas pelo Professor, todas as demais serão com apresentação de seminários pelos alunos, cobrindo todos os textos e estudos dos casos sugeridos, através de exposições e debates com a turma. A forma de avaliação será pela apresentação de seminários e entrega de paper sobre o tema estudado pelo mestrando no prazo de 30 dias após a conclusão da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AVI-YONAH, Reuve. Tax convergence and globalization. Tradução de João Henrique Algarve; Cristiano Carvalho. Revista Tributária das Américas, [S.l.], v. 1, p. 140-146, 2010.

CALIENDO, Paulo. Tributação de coligadas e controladas no exterior. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). Direito tributário atual. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 271-297.

CARVALHO, Cristiano. Teoria da decisão tributária. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, Paulo de Barros; MARTINS, Ives Gandra da Silva. Guerra fiscal: reflexões sobre a concessão de benefícios no âmbito do ICMS. São Paulo: Noeses, 2012.

CHRISTIANS, Allison. Avoidance, Evasion, and Taxpayer Morality. Washington University Journal of Law & Policy, [S.l.], v. 44, p. 2-17, 2014.

DUFF, David. Elisão Fiscal no Século XXI. *Revista Tributária das Américas*, [S.l.], v. 5, p. 191-227, 2012.

KAPLOW, Louis; SHAVELL, Steven. Rules versus standards: an economic analysis. *Duke Law Journal*, [S.l.], v. 42, n. 3, p. 557-629, 1992.

NASCIMENTO, Octavio Bulcão. Royalties na mineração e o caos federativo. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). *Direito tributário atual*, São Paulo: Elsevier, 2015. p. 123-135.

SILVA, Eivany Antônio da. O Imposto de Renda e os Lucros e Rendimentos Auferidos no Exterior. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (Coord.). *Grandes questões atuais do direito tributário*. São Paulo: Dialética, 2002.

ROSENBLATT, Paulo. General anti-avoidance rules for major developing countries. Walter Kluwer, 2016.

UTAMI, Ana Paula et al. Observatório do Carf: planejamento tributário. *JOTA – Notícias Jurídicas* que fazem a diferença, São Paulo, 27 mar 2016. Disponível em: <<http://jota.uol.com.br/observatorio-carf-planejamento-tributario>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

VASCONCELOS, Breno Ferreira Martins et al. Observatório do Carf: tributação de lucros de coligadas e controladas no exterior. *JOTA – Notícias Jurídicas* que fazem a diferença, São Paulo, 3 abr. 2016. Disponível em: <<http://jota.uol.com.br/observatorio-carf-tributacao-de-lucros-de-coligadas-e-controladas-no-exterior>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

YACOLCA ESTARES, Daniel. Agenda pendiente em America Latina para incorporar la tributacion ambiental. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). *Direito tributário atual*. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 71-92.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRETO, Paulo Ayres. Algumas reflexões sobre o “propósito negocial” no direito tributário brasileiro. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). *Direito tributário atual*. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 199-210.

BOMFIM, Diego. Proposta teórica de identificação de normas extrafiscais. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). *Direito tributário atual*. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 51-69.

CAMPOS, Fabricio Costa Resende de. Um modelo financeiro para determinação de evasão fiscal o Brasil no âmbito federa. *Revista Tributária das Américas*, [S.l.], v. 10, p. 39-57, 2014.

CARVALHO, Lucas de Lima. Le coup de Berger: a critique of the contribution of emerging economies to the OECD BEPS action plan. *Revista Tributária das Américas*, [S.l.], v. 10, p. 237-248, 2014.

COÊLHO, Carolina Reis Jatobá. Sigilo bancário e governança global: a incorporação do FATCA (Foreign Account Tax Compliance Act) no ordenamento jurídico brasileiro diante do impacto

regulatório internacional. Revista da Receita Federal: Estudos tributários e aduaneiros, v. 1, n. 2, 2015. p. 86. Disponível em:

<<http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/152/29>>. Acesso em: 01 junho 2017.

DEFFENTI, Fabiano; CARVALHO, Cristiano. Trusts e planejamento tributário. Revista Tributária das Américas, [S.l.], v. 1, p.147-165, 2010.

DIZDAREVIC, Melissa A. The FATCA provisions of the hire act: boldly going where no withholding has gone before. Fordham Law Review. Ver. 2967, 2011. Disponível em: <<http://ir.lawnet.fordham.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4728&context=flr>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

ELALI, André. Incentivos fiscais, neutralidade da tributação e desenvolvimento econômico: a questão da redução das desigualdades regionais e sociais. [S.l.]: [s.n], 2007.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. Princípios da tributação internacional sobre a renda. Revista de Informação Legislativa, Brasília, DF, v. 35, n. 137, p. 83-90, 1998. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/334/r137-08.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 3 out. 2017.

LAFFER, Arthur. Achieving public policy goals via tobacco taxation in Indonesia. [S.l.]: The LAFFER Institute, 2014.

TÔRRES, Heleno. Direito Tributário Internacional. Planejamento tributário e operações transnacionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

TORRES, Heleno. Interpretação das convenções para evitar a dupla tributação e prestação de serviços. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). Direito tributário atual. São Paulo: Elsevier, 2015. p.230-253.

XAVIER, Alberto. Direito tributário internacional do Brasil: tributação das operações internacionais. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Direito da Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 45h/a

Créditos: 3 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112153

Professores: Prof. Dr. André Rafael Weyermüller e Prof. Dr. Cristiano Colombo

EMENTA

Estudo da proteção jurídica às criações intelectuais. Análise da importância cultural, social e econômica do sistema de proteção à propriedade intelectual através dos seus dois grandes ramos: direito autoral e propriedade industrial. Direito do autor e direitos conexos. Marcas e Patentes: modalidades, registro, duração, licenças e violações. Concorrência desleal. Abuso do poder econômico. Formas de proteção de tecnologias não sujeitas a patentes, topografia de circuitos integrados e cultivares. Transferência de Tecnologia. Exame da transferência de tecnologia como modalidade contratual de exercício da atividade empresarial, possibilitando a disseminação da informação tecnológica e do conhecimento entre empresas no ambiente jurídico interno e externo e capacitando para compreender e operacionalizar tal mecanismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula	Conteúdo
1ª Aula	INTRODUÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL. Origem, fontes e princípios.
2ª Aula	PATENTES E TRADE SECRET. Formas de proteção das invenções. Espécies. Requisitos. Bancos de patentes.
3ª Aula	DESENHO INDUSTRIAL. Aplicação. Sistema de livre concessão. Requisitos. Nulidade e extinção. Distinção com marca tridimensional.

4ª Aula	MARCAS. Espécies. Princípios e requisitos. Marcas notoriamente conhecidas e de alto renome. Nulidade e extinção.
5ª Aula	NOVAS TECNOLOGIAS E SEUS IMPACTOS NA PROPRIEDADE INTELECTUAL. Contexto mundial. Ordenamento Jurídico Brasileiro. Marco Civil da Internet. Lei Geral de Proteção de Dados. Fair Use.
6ª Aula	SOFTWARE. Lei 9.609 de 1998. Propriedade Intelectual do Programa do Computador. Registro. Governança Algorítmica. Contratos. Direitos e relação de emprego. Casos de aplicação ao software da Lei 9.279 de 1996.
7ª Aula	DIREITOS AUTORAIS. Direitos de autor e conexos. Princípios, natureza jurídica, direitos morais e materiais, domínio público, plágio. Gestão Coletiva.
8ª Aula	OUTRAS FORMAS DE PROTEÇÃO Indicações geográficas: Denominação de Origem e Indicação de Procedência. Biodiversidade e Cultivares.
9ª Aula	PLATAFORMAS DIGITAIS E DIREITOS AUTORAIS. Modelo de negócio. Streaming. Direitos Autorais no Mercado Único Digital. Direitos patrimoniais.
10ª Aula	CULTURA LIVRE. LICENÇAS CRIATIVE COMMONS.
11ª Aula	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL. Conceito de autoria. Disposições sobre Direito Civil e União Europeia.
12ª Aula	CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. Cessão. Licença. SAT. Fornecimento de Tecnologia. Franquia.
13ª Aula	DIREITOS AUTORAIS E PARTICULARIDADES NO MUNDO DIGITAL. Memes. Fandom. Estudos de caso.

AVALIAÇÃO

Participação nas atividades práticas (visitas técnicas e propostas em aula) = 20%

Seminários vinculados aos temas do Conteúdo Programático = 40%

Artigo envolvendo tema abordado ao longo da disciplina = 40%

METODOLOGIA

1. Nas aulas especificadas no cronograma um(a) mestrando(a) será responsável pela apresentação do tema proposto, utilizando-se a Metodologia de Seminário.
2. A preparação do tema deverá observar a bibliografia sugerida e disponível no ambiente Moodle, a fim de possibilitar o aprofundamento do tema.
3. Os demais mestrandos deverão ler o texto indicado previamente pelo professor para cada tema de aula conforme o cronograma.
4. Os alunos deverão, ao final do semestre, apresentar um dos temas trabalhados em aula em forma de seminário/aula, utilizando-se das indicações de bibliografia e jurisprudência.
5. Cada mestrando desenvolverá, sob forma de artigo científico, realizar o estudo aprofundado sobre um dos temas discutidos ao longo da disciplina, o qual deverá ter um mínimo de 10 páginas e seguir as normas da ABNT.
6. Para fins de avaliação serão considerados, ainda, a assiduidade, qualidade da apresentação do Seminário, participação nos Seminários dos colegas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Obs.: Textos estão disponibilizados no ambiente Moodle para utilização nos seminários e nos artigos finais. Além desses textos que serão trabalhados em aula, sugere-se a bibliografia que segue:

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual**. [S.l.]: Lumen Juris, 2003. Disponível em: <<http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/livros/umaintro2.pdf>>.

CARBONI, Guilherme. **Direito Autoral e Autoria Colaborativa: na Economia da Informação em Rede**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

CORREA, CARLOS. **Propriedade Intelectual e Saúde Pública**. Tradução de Fabíola Wüst Zibetti. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

DRAHOS, Peter. **A Philosophy of Intellectual Property**. Great Britain: Ashgate, 1996.

LESSIG, Lawrence. **Cultura livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para barrar a criação cultural e controlar a criatividade**. Tradução de Fábio Emilio Costa. [S.l.]: Quilombo Digital, 2007. Disponível em: <http://softwarelivre.org/articles/0018/5102/Lawrence_Lessig_-_Cultura_Livre.pdf>.

RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo**. Tradução de Mônica Rosemberg. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2016.

SÁDABA, Igor. DOMÍNGUEZ, Mario. ROWAN, Jaron. MARTÍNEZ, Rubén. ZEMOS98.

La tragedia del copyright: bien común, propiedad intelectual y crisis de la industria cultural. Barcelona: Virus Editorial, 2013.

LANDES, William M. POSNER, Richard A. **The Economic Structure of Intellectual Property Law.** Cambridge, Massachusetts, London: Belknap, 2003.

WACHOWICZ, Marcos (Coord.). **Direito Autoral & Economia Criativa.** Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015. (Org.). **Estudos de Propriedade Intelectual.** Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANCO, Sérgio. **O domínio público no direito autoral brasileiro**— uma obra em domínio público. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

BOYLE, James. **The Public Domain:** enclosing the Commons of the Mind. USA: Caravan Book, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 6ed. Tradução de Ronei de Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1. (A era da informação: economia, sociedade e cultural)

CASTRO, Oona. MIZUKAMI, Pedro (Orgs.). **Brasil Pirata, Brasil Original.** Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2013.

DRAHOS, Peter. BRAITHWAITE, John. **Information Feudalism:** who owns the knowledge economy? New York, London: The New Press, 2002.

HELFRICH, Silke (Comp.). **Genes, Bytes y Emisiones: Bienes Comunes y Ciudadanía.** México: Fundación Heinrich Böll, 2008.

LESSIG, Lawrence. **Remix.** USA: Penguin-Press, 2008.

PENROSE, Edith. **La Economía del Sistema Internacional de Patentes.** Mexico, Siglo Veinti uno, 1974.

PRONER, Carol. **Propriedade Intelectual:** uma outra ordem jurídica possível. São Paulo: Cortez, 2007.

RAFFO, Julio. **Derecho autoral:** hacia un nuevo paradigma. Buenos Aires: Marcial Pons Argentina, 2011.

SANTOS, Manoel J. Pereira dos (Coord.). **Direito de Autor e Direitos Fundamentais.** São Paulo: Saraiva, 2011.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria:** a pilhagem da natureza e do conhecimento. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SMIERS, Joost. SCHIJNDEL, Marieke van. **Imagine...No copyright:** por un mundo nuevo delibertad creativa. Traducción de Roc Filel la Escolà. Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 2008.

VILLARES, Fábio (Org). **Propriedade intelectual**: tensões entre o capital e a sociedade. Paz e Terra: São Paulo, 2007.

WACHOWICZ, Marcos. **Direito Autoral e Marco Civil da Internet**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015.

Links importantes de Revistas para pesquisa de artigos atuais na área:

RevistaPIDCC– Revista de Propriedade Intelectual, Direito Contemporâneo e

Constituição <http://www.pidcc.com.br/br/>

1. Revista do IBPI-Revista Eletrônica do Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual
<http://www.ibpibrasil.org/>
2. RevistadaABPI– Revista da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual-
<http://www.abpi.org.br/biblioteca1.asp?ativo=True&linguagem=Portugu%C3%AAs&secao=Biblioteca&subsecao=Revista%20da%20ABPI>
3. EJL-European Journal of Law and Technology- <http://ejlt.org/index>
4. IIC-International Review of Intellectual Property and Competition Law-
<http://link.springer.com/journal/40319>
5. Review of Intellectual Property Law- <http://ripl.jmls.edu/>

Links de sites para consulta:

1. Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial/UFPR-GEDAI-
<http://www.gedai.com.br/>
2. Instituto Nacional de Propriedade Industrial–INPI - <http://www.inpi.gov.br/>
3. World Intellectual Property Organization– WIPO -
<http://www.wipo.int/portal/en/index.html>
4. World Trade Organization– WTO/TRIPS
https://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/trips_e.htm
5. United States Patent and Trademark Office– USPTO - <http://www.uspto.gov/>
6. European Patent Office - <https://www.epo.org/index.html>
7. University of Alicante Intellectual Property & Information Technology–UAIPI-
<http://www.uaipit.com/es/>

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Direitos Fundamentais e Sociais na Era da Inovação e Tecnologia**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121796

Professor: Prof. Dr. Guilherme Wünsch

EMENTA

Crises de Estado. O sistema de Capital. Neoliberalismo e mundo do trabalho. O ser humano como elemento central do trabalho. Direitos Fundamentais no Brasil. Direitos Humanos. Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica. Sociedade 5.0.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Crises de Estado. Direitos Fundamentais no Brasil. Direitos Humanos. Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica. Sociedade 5.0. Evolução histórica. Fontes materiais e formais. Princípios. Hermenêutica trabalhista. Direitos fundamentais e relação de emprego. Eficácia das normas constitucionais e diálogo com as fontes internacionais de proteção ao trabalho. As Convenções da OIT e o movimento paretista. 2013 e a volta da greve de solidariedade. O diálogo dos movimentos coletivos com as entidades sindicais. O Poder Judiciário e a greve: análise de decisões judiciais. Despedida coletiva como elemento de resistência coletiva. Perspectivas. Análise dos parágrafos segundo e terceiro do art. 5º da CF e das decisões do STF/TST sobre aplicação. O caso da Convenção 158 da OIT.

OBJETIVOS

- a) Compreender os impactos da evolução tecnológica na efetivação dos direitos sociais e fundamentais.
- b) Estudar as novas relações sociais, na denominada sociedade 5.0, e a sua influência no Direito do Trabalho e Previdenciário.

c) Refletir acerca do desenvolvimento empresarial a partir de uma cultura tecnológica.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AValiação

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GALVÃO, Jorge. O neoconstitucionalismo e o fim do estado de direito. Saraiva, 2013.

GUERRA, Sidney. Direitos humanos: na ordem jurídica internacional e reflexos na ordem constitucional brasileira. 2ª edição. Atlas, 2014.

HARTLEY, Scott. O fuzzy e o techne: por que as ciências humanas vão dominar o mundo digital. São Paulo: BEI Comunicação, 2017.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 14ª edição. Saraiva, 2013.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho, volume I: parte I. São Paulo: LTr, 2011.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho, volume I: parte II. São Paulo: LTr, 2017.

SEVERO, Valdete Souto. Garantia de Manutenção no Emprego: Condição de Possibilidade da Verdadeira Negociação Coletiva. In Cadernos da Amatra 4, 9ª edição, out/dez 2008.

SEVERO, Valdete Souto. O Dever de motivar a Despedida: Argumentos para uma lógica comprometida com a ordem constitucional vigente. Livraria do Advogado. Porto Alegre, 2011.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A convenção nº 158 da OIT e a perda do emprego. Jornal Trabalhista Consulex: Brasília. Brasília, DF, n.1248, 17 nov. 2008.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. O abuso das dispensas coletivas e a reação corretiva do Direito do Trabalho. Acesso: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/o-abuso-das-dispensas-coletivas-e-a-reacao-corretiva-do-direito-do-trabalho>

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Ainda o abuso das dispensas coletivas. Acesso: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/ainda-o-abuso-das-dispensas-coletivas>

VIANA, Márcio Túlio. Trabalhador sem medo - alguns argumentos em defesa da convenção n.158 da OIT Revista LTr: Legislação do Trabalho: São Paulo. São Paulo, v.72, n.4, p.438-443, abr. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AROUCA, José Carlos. A convenção n. 158 e as dispensas coletivas. Revista Justiça do Trabalho. Local ,Nº 291, março, 2008.

BAYLOS, Antonio; PÉREZ REY, Joaquín. El Despido o La violencia del Poder Privado. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

CANOTILHO, J.J. Gomes. MENDES, Gilmar Ferreira. SARLET, Ingo Wolfgang. STRECK, Lenio Luiz. Comentários à Constituição do Brasil. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

EDELMAN, Bernard. A legalização da classe operária. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016

FERRAZ HAZAN, Ellen Mara. Da Greve ao Locaute: contribuições para a luta coletiva. Belo Horizonte: RTM, 2016.

GIANNOTTI, Vito. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MACIEL, José Alberto Couto. Vigência da Convenção nº 158 da OIT. In Trabalho & Doutrina. São Paulo: Saraiva, nº 11, dezembro de 1996, p. 20-23.

MARTINS CATHARINO, José. Em Defesa da Estabilidade. São Paulo: LTr, 1966.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORAES FILHO, Evaristo de. Tratado elementar de direito do trabalho. V. I. São Paulo: Livraria Freitas Bastos S/A, 1960.

PAIXAO, CRISTIANO. LOURENCO FILHO, Ricardo. A greve e sua conformação pelo TST: desvelando mentalidades. FERNANDES COUTINHO, Grijalbo e outros (coord). O Mundo do Trabalho. Volume I. Leituras Críticas da jurisprudência do TST: em defesa do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2009, pp. 65-76.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil. 1889-1930. Documentos. V. I. O Movimento Operário. São Paulo: FUNCAMP, 1979.

SANTANA, Marco Aurélio. RAMALHO, José Ricardo (org). Além da Fábrica. Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SEGATTO, José Antônio. A formação da classe operária no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Empresa, Economia e Desenvolvimento**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código Disciplina: 112149

Professor: Prof. Dr. Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Aspectos estruturantes do Direito de Empresa. A realidade jurídica das sociedades contempladas no Código Civil e na legislação esparsa empresarial, notadamente a Sociedade por Ações. O fenômeno da internacionalização de sociedades empresárias brasileiras: necessidade de posicionamento global, adequação jurídica da estrutura societária e padrões escriturais internacionais. A importância dos acordos de acionistas como meio de prevenir conflitos. A administração com base nas boas práticas de governança corporativa. Análise do direito societário à luz da legislação e jurisprudência de alguns Estados estrangeiros. Tratados aplicáveis às sociedades e a algumas de suas transações internacionais. Análise dos principais temas relacionados à clássica teoria geral do Direito Comercial, a partir da unificação do direito privado e das relações entre Direito e economia. Estudo das principais características dos tipos societários previstos no direito brasileiro, com ênfase nas sociedades limitadas e nas sociedades anônimas. Exame dos principais atos e operações societárias tais como fusões, aquisições, formação de joint ventures e de consórcios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Direito Penal contemporâneo – globalização, sociedade do risco e expansão do direito penal.
- Direito Penal Econômico e *white-collar crime*.
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem tributária.
- Crimes contra a ordem previdenciária.

- Contrabando e descaminho.
- Lei 9.613/1998 – Crimes de lavagem de dinheiro
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem econômica.
- Lei 7.492/1986 – Crimes contra o sistema financeiro nacional.
- Corrupção.
- Lei 12.850/2013 – Organizações criminosas.
- Investigação e processo penal no Direito Penal Econômico-Empresarial.
- Cooperação jurídica internacional.
- Acordo de leniência e colaboração premiada.
- *Compliance programs e criminal compliance.*

AVALIAÇÃO

Participação em aula, participação nos seminários, fichas de leitura e prova com consulta e/ou artigo científico para publicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALLI, Cassio. **Empresa, direito e economia**. São Paulo: Saraiva, 2014.

COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. [S.l.]: The University of Chicago Press, 1990.

COOTER, Robert D.; UELEN, Thomas. **Direito e economia**. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

EASTERBROOK, F. **The economic structure of corporate law**. Cambridge: Harvard University Press, 1996

KRAAKMAN, Reiner. et al. **The anathomy of corporate law: a comparative and functional approach**. Oxford: Oxford University, 2000.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do direito**. São Paulo, Atlas, 2014.

NORTH, Douglass C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. [S.l.]: Instituto Liberal, 2002.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, economia e mercados**. São Paulo: Campus, 2005.

SZTAJN, Rachel. **Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados.** São Paulo: Atlas, 2004.

SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio; **Direito, economia e organizações.** [S.l.]: Campus, 2005.

YAZBEK, Otavio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais.** 2. ed. [S.l.]: Elsevier, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Fernando. **Análise económica do direito, programa e guia de estudo.** [S.l.]: Almedina, 2008.

ASCARELLI, Tullio. **Panorama do direito comercial.** São Paulo: Saraiva e Cia, 1947.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, n. 104, p. 108-126, out./dez. 1996.

BAINBRIDGE, Stephen M. **Corporate governance after the financial crisis.** Oxford: Oxford University Press, 2013.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário.** 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CRETELLA NETO, José. **Empresa transnacional e direito internacional: exame do tema à luz da globalização.** Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa.** 3. ed. São Paulo: RT, 2010.

MENDONÇA, J. X. Carvalho de. **Tratado de direito comercial brasileiro.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1945. v. 1.

POLINSKY, A. Mitchell. **An introduction to law and economics.** 3rd ed. New York: Aspen Publishers, 2003.

POSNER, Richard A. **Economic analysis of law: aspen law.** 8th ed. [S.l.]: Wolters Kluwer, 2005.

POSNER, Richard A. **How judges think.** [S.l.]: Harvard University Press, 2008.

SHAVELL, Steven. **Economic analysis of law.** [S.l.]: Foundation Press, 2004.

SHAVELL, Steven. **Foundations of economic analysis of law.** [S.l.]: Harvard University Press, 2004.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Curso de direito comercial.** São Paulo: Malheiros, 2004. v. 1.

VIVANTE, Cesare. **Trattato di diritto commerciale.** 5. ed. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1934. v. 1.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Gestão da Inovação**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112155

Professor: Prof. Dr. Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

Processos de estratégia de inovação nas organizações. Os processos de inovação nas organizações e seu impacto na cultura das empresas. Conceitos e tipologias de inovação. Gestão da inovação e características das organizações inovadoras. Inovação sustentável, aberta e colaborativa. Sistemas regional e nacional de inovação. Dinâmica das redes de inovação.

PLANO DE ENSINO

Data	Assuntos	Leitura Principal
Aula 01	Gestão da inovação	JOE, T. I. D. D.; BESANT, Joe; PAVITT, Keith. Inovação – O que é e por que importa. Gestão da inovação . São Paulo: Artmed, 2008. (Cap. 1) TROTT, Paul J. Gestão da inovação: uma introdução. Gestão da inovação e desenvolvimento de novos produtos . Bookman Editora, 2012. (Cap. 1)
Aula 02	A natureza da inovação e os desafios da gestão da inovação	SALTER, A.; ALEX, O. The Nature of Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 2)

		TIDD, Joe; BESSANT, John. Innovation management challenges: From fads to fundamentals. International Journal of Innovation Management , v. 22, n. 05, p. 1840007, 2018.
Aula 03	Conhecimento e inovação	COHEN, W. C.; LEVINTHAL, D.A. Absorptive capacity: A new perspective on learning and innovation, Administrative Science Quarterly . Volume 35, Issue 1 pg. 128-152, 1990. NONAKA, I; KODAMA, M; HIROSE, A; KOHLBACHER, F. Dynamic fractal organizations for promoting knowledge-based transformation – A new paradigm for organizational theory. European Management Journal , 2013.
Aula 04	Desenvolvimento de produtos	COOPER, R. Perspective: The Stage-Gates Idea-to-Launch Process — Update, What’s New, and NexGen Systems. The Journal of product innovation management . V. 25, p. 213–232, 2008. BARCZAK, G.; KAHN, K. Identifying new product development best practice. Business Horizons , V. 55, 293—305, 2012.
Aula 05	Ecossistemas de inovação	MALERBA, F.; ADAMS, P. Sectoral Systems of Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 10) AUTIO, E.; THOMAS, L. D. W. Innovation Ecosystems: Implications for Innovation Management? In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 11).
Aula 06	Inovação aberta	CHESBROUGH, Henry. The era of open innovation. MIT Sloan Management Review , v.44, n.3, p.33-41, 2003.

		ALEXU, O.; DAHLANDER, L. Managing Open Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management. Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 22) MARCOLIN, Federica; VEZZETTI, Enrico; MONTAGNA, Francesca. How to practise Open Innovation today: what, where, how and why. Creative Industries Journal, v. 10, n. 3, p. 258-291, 2017.
Aula 07	Colaboração	DOGSON, M. Collaboration and Innovation Management. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management. Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 23) VON HIPPEL, E.; OGAWA, S.; DE JONG, J. The Age of the Consumer-Innovator. MIT Sloan Management Review, Fall, 2011. PRAHALAD, C. K.; RAMASWAMY, V. Co-Creation Experiences: The Next Practice in Value Creation. Journal of Interactive Marketing, v. 18, n.3, p.5-14 , 2004.
Aula 08	Inovação em modelo de negócios	MASSA, L.; TUCCI, C. Business Model Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management. Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 21) FOSS, Nicolai J.; SAEBI, Tina. Fifteen years of research on business model innovation: How far have we come, and where should we go?. Journal of Management, v. 43, n. 1, p. 200-227, 2017. FOSS, Nicolai J.; SAEBI, Tina. Business models and business model innovation: Between wicked and paradigmatic problems. Long Range Planning, v. 51, n. 1, p. 9-21, 2018.

Aula 09	Gestão da inovação digital	NAMBISAN, Satish et al. Digital Innovation Management: Reinventing innovation management research in a digital world. Mis Quarterly , v. 41, n. 1, 2017. VAN ALSTYNE, Marshall W.; PARKER, Geoffrey G.; CHOUDARY, Sangeet Paul. Pipelines, platforms, and the new rules of strategy. Harvard Business Review , v. 94, n. 4, p. 54-62, 2016. KOHLI, Rajiv; MELVILLE, Nigel P. Digital innovation: A review and synthesis. Information Systems Journal , v. 29, n. 1, p. 200-223, 2019.
---------	----------------------------	--

Forma de Apuração dos Conceitos

Participação em aula: 20%

Participação nos fóruns: 20%

Leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: 30%

Elaboração de resenha crítica: 30%

Instruções para leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável

A cada aula haverá textos referências legais e/ou normativas relacionadas ao tema. A leitura desses textos e referências é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar uma apreciação crítica oral, articulando os diversos pontos de vista dos textos e referências indicadas. A cada aula serão designados alunos para preparar uma apresentação para os colegas sobre os respectivos textos e/ou referências da aula. A apresentação deverá estimular o questionamento, o esclarecimento de dúvidas e o debate de ideias. A apresentação deverá ser planejada de forma a ocupar entre 60 - 90 minutos.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBIERI, José Carlos; ÁLVARES, Antonio Carlos Teixeira; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Gestão de ideias para inovação contínua**. Bookman Editora, 2009.

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Bookman Editora, 2009.

BURGELMAN, Robert A.; CHRISTENSEN, Clayton M.; WHEELWRIGTH, Steven C. **Gestão estratégica da tecnologia e da inovação: conceitos e soluções**. AMGH Editora, 2013.

CHRISTENSEN, Clayton M. **O dilema da inovação: quando as novas tecnologias levam empresas ao fracasso**. M. Books Editora, 2019.

CHRISTENSEN, Clayton. **Muito Além da Sorte: Processos Inovadores para Entender o que os Clientes Querem**. Bookman Editora, 2018.

CRAINER, Stuart; DEARLOVE, Des. **Inovação: como levar sua empresa para o próximo nível**. Bookman Editora, 2014.

DAVILA, Tony; EPSTEIN, Marc J.; SHELTON, Robert D. **As regras da inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DRUKER, Peter F. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios. **São Paulo: Pioneira**, 1987.

JOHNSON, Steven; BORGES, MARIA LUIZA X. DE A. **De onde v m as boas ideias**. Zahar, 2011.

KEELEY, Larry et al. **Dez tipos de inovação**. DVS Editora, 2016.

PETERS, Tom. **O círculo da inovação: você não deve evitar o caminho para o seu sucesso**. São Paulo: Harbra, 1998.

RIES, Eric. **A startup enxuta**. Leya, 2012.

RIES, Eric. **O estilo startup: Como as empresas modernas usam o empreendedorismo para se transformar e crescer**. LEYA, 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Gestão Jurídica e de Contencioso para o Advogado Internacional**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112163

Professor: Prof. Dr. Éderson Garin Porto

EMENTA

A formação multidisciplinar e internacional do ponto de vista administrativo, legal e estratégico necessário para o advogado exercer a liderança na gestão jurídica e de contencioso no âmbito de empresas e escritórios com atuação no mercado internacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Data	Tema	Texto base
Aula 1	Apresentação da disciplina. Discussão sobre a temática e avaliação. Preparando-se para o futuro!	POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth</i> . 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 319-336.
Aula 2	Primeira parte: Advocacia é um negócio? Segunda parte: Law Firm economics 101	POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth</i> . 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 3-11. DODDS, Stuart J. T. <i>Smarter pricing, smater profit. A guide for the law firm of the future</i> . Chicago: Aba publishing, 2014, p. 11-26.

Aula 3	Primeira parte: Financial Management Segunda parte: Smarter Pricing, Smarter Profit	POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth</i>. 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 137-153. DODDS, Stuart J. T. <i>Smarter pricing, smater profit. A guide for the law firm of the future</i>. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 11-27.
Aula 4	Primeira parte: Gestão do Tempo Segunda parte: Risk Management	JARMON, Amy L. <i>Time and workplace management for lawyers</i>. Chicago: Aba publishing, 2013, p. 23-56. POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth</i>. 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 219-226.
Aula 5	Martketing na advocacia	VERCAMMEN, Kenneth. <i>Smart marketing for the small firm lawyer</i>. Chicago: Aba publishing, 2014.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros com apresentação oral e entrega de um plano de apresentação com indicações bibliográficas (50% da nota final); 2. entrega do trabalho final, consistente na elaboração de um pequeno vídeo com orientações para os advogados em torno de 5 minutos (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORANGA, Anna Luiza; SALOMÃO, Simone Viana (Coord.). Direito, gestão e prática: administração legal para advogados. São Paulo: Saraiva: FGV, 2010.

CARMONA, Carlos Alberto; AMENDOEIRA JUNIOR, Sidnei (Coord.). Direito, gestão e prática: estratégias processuais na advocacia empresarial. São Paulo: Saraiva: Direito GV, 2011.

DODDS, Stuart J. T. Smarter pricing, smater profit. A guide for the law firm of the future.

Chicago: Aba publishing, 2014.

JARMON, Amy L. Time and workplace management for lawyers. Chicago: Aba publishing, 2013.

LAMBRETH, Susan Raridon e RUEFF JR., David A. The Power of Legal Project Management. Chicago: Aba publishing, 2014.

LAVELLE, Kerry M. The business guide to Law. Creating and operating a successful Law firm. Chicago: Aba publishing, 2015.

LEITE, Leonardo Barém. Gestão estratégica do departamento jurídico moderno. Curitiba: Juruá. 2010.

MACEDÔNIA, Alexandre. Planejamento e gestão para escritórios de advocacia. São Paulo: Magister, 2011

POLL, Edward. The business of law. Planning and operating for survival and growth. 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014.

PRADO, Roberta Nioac (Coord.). Direito, gestão e prática: empresas familiares: governança corporativa, governança familiar, governança jurídica. São Paulo: Saraiva: FGV, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. Manual de auditoria jurídica: legal due diligence: uma visão multidisciplinar no direito empresarial brasileiro. Rio de Janeiro: Quartier Latin. 2007.

BALAS, Aron et al. The divergence of legal procedures. Cambridge, Mass: National Bureau of Economic research, 2008. Working Paper n.13809. Disponível em:
<<http://www.nber.org/papers/w13809.pdf>>.

BANCO MUNDIAL. Fazendo com que a justiça conte: medindo e aprimorando o desempenho do judiciário no Brasil. Brasília: Banco Mundial, 2004. Relatório n. 32789- BR. Disponível em:
<<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186404259243/29Justica.pdf>>.

CAIN, George H. Turning Points. New paths and second careers for lawyers. Chicago: Aba publishing, 1994.

KOBAIASHI, Bruce H; PARKER, Jeffrey S. Civil procedure: general economic analysis. In: BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit. (Eds.) Encyclopedia of law and economics.

Cheltenham: Edward Elgar, 2000. v. 1, p. 65-117. Disponível em: <<http://encyclo.findlaw.com/7000book.pdf>>.

KRIEGER, Stefan H. E NEUMANN Jr, Richard K. Essential lawyering skills. Interviewing, counseling, negotiation, and persuasive fact analysis. 4 ed. Nova York: Wolters Kluwer, 2011.

KRITZER, Herbert M. Lawyers fees and lawyer behavior on litigation: what does the empirical literature really say? Texas Law Review. Austin, vol. 80, pp. 1943-1983, jun. 2002. Disponível em: <http://users.polisci.wisc.edu/kritzer/research/law_misc/TexasLR-2002.pdf>.

MELCHER, Michael F. The Creative Lawyer. A practical guide to authentic professional satisfaction. Chicago: Aba publishing, 2007.

NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PARNELL, David J. The failing law firm. Symptons and remedies. Chicago: Aba publishing, 2014.

PATRICIO, Miguel Carlos Teixeira. Análise econômica da litigância. Lisboa: Almedina, 2005.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Gerenciamento de Processos Judiciais. São Paulo: Saraiva, 2010.

VERCAMMEN, Kenneth. Smart marketing for the small firm lawyer. Chicago: Aba publishing, 2014.

WALTON, Kimn Alayne. What Law school doesn't teach you...but you really need to know. Expert tips & Strategies for making your legal career a huge sucess. Chicago: Harcourt Legal & Professional Publications, 2000.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Governança Corporativa**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112164

Professor: Prof. Dr. Ederson Garin Porto e Fabiano Koff Coulon

EMENTA

Conceitos fundamentais de governança corporativa; Separação entre propriedade e controle, Função objetivo das empresas e teoria de agência; Mecanismos de governança; Governança corporativa no Brasil; Governança corporativa no mundo; Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal; Códigos de Boas Práticas de Governança CVM.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Módulo I - Controle x Propriedade
- Módulo II – Assimetria de informação e Conflito de interesse
- Módulo III – Governança Corporativa no mundo
- Módulo IV - Governança Corporativa no Brasil
- Módulo V – Estudo de casos aplicados

AValiação

A avaliação dar-se-á com base em dois critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 2/5 da nota final.

- Apresentação e entrega de trabalho (análise contrato social e mecanismo de governança) (última aula)
- 3/5 da nota final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AKERLOF, G. A. The market for “lemons”: Quality uncertainty and the market mechanism. *Uncertainty in Economics*. v. 84, n. 3, p. 235-251, 1978. DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-214850-7.50022-X>

ARROW, Kenneth J. Uncertainty, and the Welfare Economics of Medical Care. *The American Economic Review*. Vol. 53, No. 5 (Dec. 1963), pp. 941-973.

BERLE, A.; MEANS, G. The modern corporation and private property. New York:Harcourt, 1932.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976. DOI:https://doi.org/10.1007/978-94-009-9257-3_8.

LA PORTA, Rafael; SHLEIFER, Andrei; LOPEZ-DE-SILANES, Florêncio. Corporate ownership around the world. *Journal of Finance*, [S.l.], v. 54, p. 471-517, 1999.

LA PORTA, R.; LOPEZ-DE-SILANES, F.; SHLEIFER, A.; VISHNY, R. Investor protection and corporate valuation. *Journal of Finance*, v.57, n.3, p.1147-1170, 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/1540-6261.004572>

MORCK, Randall K. (Ed.). A history of corporate governance around the world. Chicago: National Bureau of Economic Research – NBER, 2005

OECD, G20/OECD Principles of Corporate Governance. Paris: OECD Publishing, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Aloisio P.; FERREIRA, Rafael VX; FUNCHAL, Bruno. The Brazilian bankruptcy law experience. *Journal of Corporate Finance*, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 994-1004, 2012.

BECHT, Marco; BOLTON, Patrick; RÖELL, Ailsa. Corporate law and governance. *Handbook of Law and Economics*, [S.l.], v. 2, p. 829-943, 2007.

CAMPELLO, Murillo. Contemporary corporate finance research on South America. *Journal of Corporate Finance*, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 879-882, 2012.

CARVALHAL, Andre. Do shareholder agreements affect market valuation: evidence from Brazilian listed firms. *Journal of Corporate Finance*, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 919-933, 2012.

DA SILVEIRA, A. D. M. Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2015.

FAMA, Eugene; JENSEN, Michael. Separation of ownership and control. *Journal of Law and Economics*, Chicago, v. 26, p. 301-325, June 1983.

FARINHA, Jorge. Dividend policy, corporate governance, and the managerial entrenchment hypothesis: an empirical analysis. *Journal of Business Finance & Accounting*, [S.l.], v. 30, n. 9/10, p. 1173-1209, 2003.

GILLAN, Stuart L. Recent developments in corporate governance: an overview. *Journal of Corporate Finance*, Amsterdam, v. 12, p. 381-402, 2006.

LEUZ, Christian; VERRECCHIA, Robert E. The economic consequences of increased disclosure (digest summary). *Journal of accounting research*, [S.l.], v. 38, p. 91-124, 2000.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. A survey of corporate governance. *The Journal of Finance*, [S.l.], v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

TRICKER, RI Bob. *Corporate governance: principles, policies, and practices*. [S.l.]: OUP Oxford, 2015.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. *Journal of accounting and economics*, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112160

Professor: Prof. Dr. Marciano Buffon e Prof. Dr. Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

A disciplina terá por temática a tributação e sua relação com áreas de inovação tecnológica e novos setores da Economia. Temas como tributação ambiental, comércio eletrônico, downloads e nuvens, extrafiscalidade e benefícios fiscais serão estudados à luz da teoria jurídica e da análise econômica do direito.

PLANO DE ENSINO

Data	Assuntos	Leitura Principal
Aula 1	Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais	BUFFON, Marciano. Johnny versus João: uma estória sobre a hipocrisia e a injustiça fiscal brasileira. In: Luciana Turatti; Fernanda Storck Pinheiro. (Org.). Direitos humanos na contemporaneidade. 01ed.LAJEADO - RS: UNIVATES, 2018, v. 01, p. 173-182. COLLIER, Paul. O estado ético, p. 55-79. In: O Futuro do Capitalismo: Enfrentando as novas inquietações. Porto Alegre, RS : L&PM, 2019. COLLIER, Paul. A empresa ética, p. 81-113. In: O Futuro do Capitalismo: Enfrentando as novas inquietações. Porto Alegre, RS : L&PM. COLLIER, Paul. As novas inquietações, p. 3-26. In: O Futuro do Capitalismo: Enfrentando as novas inquietações. Porto Alegre, RS : L&PM, 2019

Aula 2	Incentivos fiscais e extrafiscalidade	BUFFON, Marciano; JACOB, Lilian Ramos. Os incentivos fiscais no ramo tecnológico como instrumento do desenvolvimento nacional. Direito e Desenvolvimento, v. 6, n. 2, p. 121-144, 2016. LAKS, Larissa Rodrigues. Extrafiscalidade e incentivos à inovação tecnológica. Revista do Direito Público, v. 11, n. 2, p. 230-259, 2016. PSCHIEDT, Kiristian Rodrigo; PINTO, Felipe Chiarello de Souza. Políticas macroeconômicas: Erros e acertos de uma política extrativa. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 112, p. 231-269, 2016.
Aula 3	Fontes de fomento à inovação	AVELLAR, Ana Paula Macedo de; BOTELHO, Marisa dos Reis Azevedo. Efeitos das políticas de inovação nos gastos com atividades inovativas das pequenas empresas brasileiras. Estudos Econômicos, v. 46, n. 3, p. 609-642, 2016. PORTO, Geciane Silveira; MEMÓRIA, Caroline Viriato. Incentives for technological innovation: a study of the public policy of tax exemption in Brazil. Journal of Public Administration, 2019, 53.3: 520-541. SANTOS, Fabio Gomes dos; TONETTI, Rafael Roberto Hage; MONTEIRO, Vítor. Desafios jurídicos para o fomento financeiro da inovação pelas empresas, p. 177 -212. In: Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais. São Paulo: Blucher, 2017.
Aula 4	Política de Ciência, Tecnologia e Inovação	BRULAND, K.; MOWERY, D. C. Innovation through Time. Science, Technology, and Innovation Policy. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. The Oxford Handbook of Innovation. Oxford, Oxford University Press, 2006. LUNDVALL, B.; BORRÁS, S. Science, Technology, and Innovation Policy. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. The Oxford Handbook of Innovation. Oxford, Oxford University Press, 2006. TÖDTLING, Franz; TRIPPL, Michaela. One size fits all?: Towards a differentiated regional innovation policy approach. Research policy, v. 34, n. 8, p. 1203-1219, 2005.
Aula 5	Política de Inovação	EDLER, Jakob; FAGERBERG, Jan. Innovation policy: What, why, and how. Oxford Review of Economic Policy, v. 33, n. 1, p. 2-23, 2017.

		FAGERBERG, J. Innovation Policy: Rationales, Lessons and Challenges. Journal of Economic Surveys, 2016. SCHOT, Johan; STEINMUELLER, W. Edward. Three frames for innovation policy: R&D, systems of innovation and transformative change. Research Policy, v. 47, n. 9, p. 1554-1567, 2018.
Aula 6	O Sistema de Inovação Brasileiro: uma proposta de política orientada por missões	CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena MM. Políticas de inovação e desenvolvimento. Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais/organização de Diogo R. Coutinho, Maria Carolina Foss, Pedro Salomon B. Mouallem.—São Paulo: Blucher, 2017. MAZZUCATO, Mariana. O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. Portfolio-Penguin, 2014. MAZZUCATO, Mariana; PENNA, Caetano. The Brazilian innovation system: a mission-oriented policy proposal. 2016.
Aula 7	Inovação na agenda política brasileira Parte I	BRASIL. Emenda Constitucional no 85. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2015/emendaconstitucional-85-26-fevereiro-2015-780176-publicacaooriginal-146182-pl.html. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022 (ENCTI). Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação, Brasília, 2016 Disponível em: https://portal.insta.gov.br/images/documentos-oficiais/ENCTI-MCTIC-2016-2022.pdf. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. ‘Marco Legal da Inovação’ conhecido como Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), regulamentado pelo Decreto nº 9.283, alterando a Lei de Inovação (Lei nº 10.973, de 2004, já modificada pela Lei nº 13.243, de 2016), Lei das Licitações (art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 1993), o art. 1º da Lei nº 8.010, de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea “g”, da Lei nº 8.032, de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.html. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2016 (Ementa: Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de

		1994, e a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, para aprimorar a atuação das ICTs nas atividades de ciência, tecnologia e inovação, e dá outras providências. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125998. Acesso em: 20/03/2020.
Aula 8	Inovação na agenda política brasileira Parte II	BRASIL. Plano Plurianual 2016-2019. Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/arquivos-e-imagens/secretarias/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3-1.pdf/view. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Lei nº13.971, de 27 de dezembro de 2019 que institui o ‘Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023’. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/PPA_2020_2023/Lei/Lei13.971-2019.pdf. Acesso em: 20/03/2020. Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. Plano de ação para a promoção da inovação tecnológica: 2018-2022 / Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. -- Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2018. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/arquivos/ASCOM_PUBLICACOES/plano_acao_promocao_inovacao_tecnologica.pdf. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Portaria nº1.122, de 19 de março de 2020, que define ‘as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023’. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTIC_n_1122_de_19032020.html. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Portaria nº1.329, de 27 de março de 2020, que ‘altera a Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020, que define as prioridades, no âmbito do

		Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023'. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.329-de-27-de-marco-de-2020-250263672. Acesso em: 30/03/2020. BRASIL. Portaria nº6.762, de 17 de dezembro de 2019, que 'institui o Programa Nacional de Apoio aos Ambientes Inovadores - PNI, visando fomentar o surgimento e a consolidação de ecossistemas de inovação e de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores no País'. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-6.762-de-17-de-dezembro-de-2019-234748537. Acesso em: 30/03/2020.
aula 9	Apoio Financeiro Indireto: Incentivos Fiscais - Lei do Bem - Rota 2030 - Política industrial para o setor TICs e para o setor de semicondutores	MARQUES, Fabrício. Política industrial em xeque. Pesquisa FAPESP, 2017, p.34-37, 251. BRASIL. Lei nº11.196, de 21 de novembro de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; 'dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica'; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de

	2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Lei nº13.755, de 10 de dezembro de 2018, que estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil; institui o ‘Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística’; dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas; e altera as Leis nº9.440, de 14 de março de 1997, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13755.htm. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Lei nº13.969, de 26 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a ‘política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores’ e altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13969.htm. Acesso em: 20/03/2020. BRASIL. Portaria nº1.294, de 26 de março de 2020, que regulamenta a apresentação da declaração de investimento de recursos financeiros em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), e a emissão do certificado de reconhecimento de crédito financeiro, de que trata o art. 5º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, para fins de fruição do
--	--

	incentivo previsto no art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTIC_n_1294_de_26032020.html. Acesso em: 27/03/2020. BRASIL. Decreto nº10.356, de 20 de maio de 2020, que dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação (Lei de Informática) que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10356.htm. Acesso em: 21/05/2020. BRASIL. Instrução Normativa nº1.953, de 21 de maio de 2020, que disciplina a compensação dos créditos financeiros (Lei de Informática e PADIS) de que tratam o art. 7º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o art. 4º-C da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-1.953-de-21-de-maio-de-2020-258046684. Acesso em: 22/05/2020. BRASIL. Portaria nº2.796, de 30 de junho de 2020, que regulamenta apresentação da declaração de investimento de recursos financeiros em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e a emissão do certificado de reconhecimento de crédito financeiro no âmbito do PADIS. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.796-de-30-de-junho-de-2020-265867451. Acesso em: 01/07/2020. BRASIL. Portaria nº2.861, de 8 de julho de 2020, que dispõe sobre o cadastramento de firmas ou organizações de auditoria independentes para o exercício de atividades relacionadas ao PADIS. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.861-de-8-de-julho-de-2020-267031334. Acesso em: 09/07/2020.
--	---

Forma de Apuração dos Conceitos

Participação em aula: 20%

Participação nos fóruns: 20%

Leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: 30%

Elaboração de resenha crítica: 30%

Instruções para leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: A cada aula haverá textos referências legais e/ou normativas relacionadas ao tema. A leitura desses textos e referências é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar uma apreciação crítica oral, articulando os diversos pontos de vista dos textos e referências indicadas. A cada aula serão designados alunos para preparar uma apresentação para os colegas sobre os respectivos textos e/ou referências da aula. A apresentação deverá estimular o questionamento, o esclarecimento de dúvidas e o debate de ideias. A apresentação deverá ser planejada de forma a ocupar entre 45 - 60 minutos da aula.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORRÁS, Susana; EDQUIST, Charles. Holistic Innovation Policy: Theoretical Foundations, Policy Problems, and Instrument Choices. Oxford University Press, 2019.

BUFFON, Marciano; VON HOHENDORFF, Raquel; DE OLIVEIRA BARCELLOS, Vinicius. COMO OS TRIBUTOS MORREM: A NECESSÁRIA (RE) LEGITIMAÇÃO DOS TRIBUTOS NO SÉCULO XXI. Revista Direitos Culturais, v. 15, n. 36, p. 269-305, 2020.

COSTA, Achyles Barcelos da. Teoria econômica e política de inovação. Revista de Economia Contemporânea, 2016, 20.2: 281-307.

DA COSTA, Achyles Barcelos. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. Cadernos IHU ideias, 2006, 4.47: 1-16.

DIAMOND, Jared M. Colapso como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Editora Record, 2005.

DIAMOND, Jared. Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas. Editora Record, 2017.

DIAMOND, Jared. Reviravolta: Como indivíduos e nações bem-sucedidas se recuperam das crises. Editora Record, 2019.

EDLER, Jakob; GEORGHIOU, Luke. Public procurement and innovation—Resurrecting the demand side. Research policy, v. 36, n. 7, p. 949-963, 2007.

EDQUIST, Charles. Innovation policy: A systemic approach. Tema, Univ., 1999.

LATOUR, Bruno. Diante de Gaia: Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. Ubu Editora, 2020.

LATOUR, Bruno. Où atterrir?: comment s'orienter en politique. La découverte, 2017.

PIKETTY, Thomas. Introdução, p 9-42. In: O capital no século XXI. Editora Intrínseca, 2014.

ROBINSON, James; ACEMOGLU, R. Why nations fail. New York: Crown Publishing Group, 2012.

SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. Edipro, 2019.

SCHWAB, Klaus; DAVIS, Nicholas. Aplicando a quarta revolução industrial. Edipro, 2019.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Metodologia para a Análise e Resolução de Casos**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112152

Professor: Prof. Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Paradigmas de Pesquisa em Direito; Projetos de Pesquisa (Estrutura, processo de desenvolvimento e critérios de qualidade); Métodos de Pesquisa: A pesquisa experimental, a pesquisa Survey, o Estudo de Caso, a Pesquisa-Ação, a Etnografia, “Legal analysis and writing: how to read and brief a case and how to draft a memorandum” (a experiência americana); Técnicas de coleta de dados; Técnicas de análise de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Pesquisa jurídica e suas características aplicadas ao Mestrado Profissional; etapas da construção de projeto de pesquisa; estruturas de Trabalho de Conclusão; metodologia da pesquisa jurídica, com ênfase na pesquisa empírica; estruturando o artigo científico e outros trabalhos acadêmicos.

AValiação

Participação qualificada nas aulas; apresentação de seminário, além de outros modelos, e entrega de relatório de leituras e a elaboração do Projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito**: as regras de inferência. Tradução de Fábio Morosini. São Paulo: Direito GV, 2013.

EPSTEIN, Lee; MARTIN, Andrew D. **An introduction to empirical legal research**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca; NINÁCIO, Camila Silva. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 5. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Almedina, 2020.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MACHADO, Máira Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

NUNES, Dierle; DUARTE, Fernanda Amaral. Jurimetria e tecnologia: diálogos essenciais com o Direito Processual. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 299, p. 407-450, jan. 2020.

PARGENDLER, Marlana; SALAMA, Bruno Meyerhof. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 262, p. 95-144, jan./abr. 2013.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (Coord.). **Metodologia da pesquisa em Direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WELLFORD, Robin S. **Legal analysis and writing**. [S.l.]: Lexis-Nexis Eletronic Authors, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABERNATHY, Charles F. **Law in the United States**. New York: Thomson West, 2006 (American Casebook Series).

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de Aula Invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BOOTH, Wayne C. et al. **The craft of research**. Fourth edition. Chicago: The University of Chicago Press, 2016.

BROWN, Tim. **Design Thinking: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas ideias**. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks: Sage Publication, 2003.

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; ANTUNES JÚNIOR, José Antonio Valle. **Design Science Research**: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2015.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 64-89.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

HOECKE, Mark Van. **Methodologies of legal research**: which kind of method for what kind of discipline? Oxford: Hart Publishing, 2013.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa**: técnicas de investigação, argumentação e redação. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Matrioska Editora, 2020.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 14. ed. Tradução de Maria D. Alexandre; Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SACHS, Stephen E. Finding Law. **Califórnia Law Review**, Califórnia, v. 107, p. 527-582, 2019.

SIEMS, Mathias M. and SÍTHIGH, Daithí mac. Mapping Legal Research. In: **The Cambridge Law Journal**, v. 71, 2012, p. 651-676.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZABALA, Filipe Jaeger; SILVEIRA, Fabiano Feijó. Jurimetria: estatística aplicada ao Direito. In: **Revista Direito e Liberdade – RDL – ESMARN** – v. 16, n. 1, p. 87-103, jan./abr. 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Previdência Social e Empresas**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121809

Professor: Prof. Dr. Maurício de Carvalho Góes e Prof. Dr. Daniel Machado da Rocha

EMENTA

Conceitos Constitucionais e Legislativos acerca do Financiamento Previdenciário. Programas obrigatórios no ambiente de trabalho. Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Limbo jurídico trabalhista e previdenciário. Ações Regressivas propostas pelo INSS em face das empresas. Desoneração Judicial da folha de salários. Efeitos dos Benefícios Previdenciários no Contrato de Trabalho. Efeitos da sentença trabalhista nas ações previdenciárias. Crimes Previdenciários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Previdência como direito fundamental. Financiamento do sistema. Acidentes de Trabalho e Repercussões Previdenciárias. Limbo previdenciário Trabalhista. Oneração de folha. INSS e Empresas. Risco Previdenciário. Instrumentos de Prevenção nas Empresas. PPRA. LTCAT. PCMSO. Importância das Normas Regulamentadoras. Crise na Previdência.

OBJETIVOS

- a) Compreender a atual dinâmica previdenciária nas empresas;
- b) Estudar os instrumentos de proteção empresarial no tocante ao risco previdenciário dos trabalhadores;
- c) Reconhecer a Previdência Social como um direito fundamental e social no equilíbrio das relações humano-empresariais.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, design thinking, frameworks, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Carlos Alberto Pereira; LAZZARI, João Batista. Manual De Direito Previdenciário. 25 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Curso de direito constitucional. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, Eduardo Rocha. Curso de direito previdenciário. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.

ROCHA, Daniel Machado da. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 20. ed. Curitiba: Alteridade, 2022.

ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ROCHA, Daniel Machado da; SAVARIS, Jose Antonio. Direito previdenciário: fundamentos de interpretação e aplicação. 2 ed. Curitiba: Alteridade, 2019. RUBIN, Fernando. Aposentadorias previdenciárias no regime geral da previdência social. São Paulo: Atlas, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVEIRA, João Augusto Câmara da. O conceito da incapacidade no âmbito do benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez. Revista Direito e Liberdade, Natal, v. 17, n.1 p. 91130, jan./abr. 2015. Quadrimestral.

SIMÕES, Carlos. Curso de direito do serviço social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito previdenciário. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- IBRAHIM, Fábio Zambite. Curso de direito previdenciário. 20. ed. Rio de Janeiro: Impetrus, 2015.
- JORGE, Táris Nametela Sarlo. Teoria geral do direito previdenciário e questões controvertidas do regime geral (INSS), do regime dos servidores públicos e dos crimes previdenciários. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- JÚNIOR, Nilson Martins Lopes. Direito previdenciário: Custeio e benefícios. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2010.
- KERTZMAN, Ivan. Curso prático de direito previdenciário. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.
- KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis et al. Prática processual previdenciária: administrativa e judicial. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Livro Eletrônico.
- LAZZARI, João Batista (coord) CASTRO, Carlos Alberto Pereira; ROCHA, Daniel Machado da; KRAVCHYCHYN, Gisele. Comentários à reforma da Previdência. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- LEITÃO, André Studart. Manual de direito previdenciário. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro Eletrônico.
- MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários à lei básica da previdência social. 7. ed. São Paulo: LTr, 2005.
- MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Tópicos Especiais I - Projeto de Pesquisa Aplicado na Prática Jurídica**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169-T16

Professores: Profa. Dra. Daniela Pellin e Prof. Dr. José Carlos da Silva Freitas Junior (EGN)

EMENTA

A pesquisa pragmática-sistêmica e seus elementos metodológicos. A abordagem teórica da Design Science Research. A abordagem prática da Design Science Research. A experiência do projeto aplicado. A experiência da entrega prática da pesquisa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DATA	ECOSSISTEMA DE CONHECIMENTOS
	ENCONTRO 01 Apresentação da proposta da disciplina, da metodologia do desenvolvimento da aprendizagem, dos critérios de avaliação e contextualização da matéria. Aspectos metodológicos da pesquisa aplicada
	ENCONTRO 02 A pesquisa aplicada e seus elementos metodológicos
	ENCONTRO 03 Abordagem teórica da Design Science Research
	ENCONTRO 04 Abordagem prática da Design Science Research
	ENCONTRO 05

Hands-on (mão na massa) aplicada no seu projeto de pesquisa

AVALIAÇÃO

Para a conclusão da disciplina, com aprovação, o aluno deverá alcançar a nota mínima de 7,0 (de um total de 10,0) pontos, avaliada no contexto global, da seguinte forma:

A **entrega** de proposta aplicada ao projeto de pesquisa desenvolvido pelo aluno segundo a metodologia DSR, cujo valor será conferido de **0,0 a 10,0 pontos**.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. Uma análise distintiva entre o estudo de caso, a pesquisa-ação e a design science research. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, v. 17, p. 1116-1133, 2015.

LACERDA, Daniel Pacheco; DRESH, Aline; PROENÇA, Adriano; ANTUNES JR., JOSÉ ANTÔNIO VALLE. Design Science Research: método de pesquisa para a engenharia de produção. Revista Gestão de Produção. V. 20, n. 4, p. 741-761, 2013.

FREITAS JUNIOR, José Carlos da Silva et al. Design Research: aplicações práticas e lições aprendidas. Revista de Administração FACES Journal, 2015.

FREITAS JUNIOR, José Carlos da Silva et al. Design Science Research in Developing Leadership in Virtual Worlds. International Journal of Science and Research Methodology. 2019.

HEVNER, Alan; CHATTERJEE, Samir. Design science research in information systems. In: Design research in information systems. Springer, Boston, MA, p. 9-22; 2011

LACERDA, Daniel Pacheco et al. Design Science Research: método de pesquisa para a engenharia de produção. Gestão & produção, v. 20, p. 741-761, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MANSON, Neil J. Is operations research really research? Orion, v. 22, n. 2, p. 155-180, 2006.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Tópicos Especiais I - Regulação do Sistema Financeiro e do Mercado de Capitais**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169-T15

Professores: Prof. Dr. Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Estudo do Sistema Financeiro e de sua normatização jurídica, cotejando-se as formas alternativas existentes de financiamento da atividade empresarial (mercado de capitais e mercado de crédito) e suas peculiaridades. Análise da importância da regulação do sistema financeiro em face das novas formas de insurgência das falhas de mercado diante das transformações decorrentes dos avanços tecnológicos. Exame do fenômeno das fintechs e das inovações disruptivas no mercado de crédito e de capitais. Exame aplicado da estruturação jurídica e econômica de operações financeiras no mercado de crédito e de capitais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Objetivos da disciplina, método e bibliografia.
2. Sistema Financeiro: conceito, elementos, agentes econômicos, ativos, estruturas observadas e funcionamento. Agentes superavitários, deficitários e intermediários (diretos e indiretos).
3. Mercados integrantes do Sistema Financeiro, características e peculiaridades: Mercado de Crédito, Mercado de Capitais, Mercado de Câmbio, Mercado Monetário, Mercado de Seguros e Mercado de Previdência Privada.
4. Importância do Sistema Financeiro para o crescimento e desenvolvimento econômico. Promoção de Eficiência Econômica. Eficiência em termos de Pareto e Kaldor-Hicks. Perspectiva crítica.
5. Avanços tecnológicos e inovações disruptivas aplicadas ao Sistema Financeiro. Redução dos custos de transação e de produção/obtenção de informações. Fintechs. Blockchain. RegTech. Novos ativos e novas estruturas de mercado. Equity Crowdfunding.
6. Novas formas de insurgência das Falhas de Mercado no Sistema Financeiro atual.

7. Assimetria Informacional: Insider Trading, Churning, Teoria da Firma, Teoria da Empresa, Relação Agente-Principal, Direito dos Minoritários, Benefícios Privados do Controle e Problemas de Ação Coletiva.
8. Poder Disfuncional de Mercado: Manipulação de Mercado, democratização do acesso à poupança pública e investimentos com maior potencial de retorno.
9. Custos de Transação: tendência à redução dos Custos de Transação Diretos e Indiretos, Contratos Padronizados, Default Rules e Escalabilidade.
10. Externalidades: Risco Sistêmico e Risco Setorial.
11. A necessidade de um novo modelo de regulação do Sistema Financeiro e do Mercado de Capitais. Globalização dos mercados e padronização internacional da regulação.
12. Conformação Regulatória do Mercado de Capitais a partir das Falhas de Mercado: Regulação Dinâmica e Modulável do Mercado de Capitais.
13. Operações Estruturadas e operações no Mercado de Capitais.

AVALIAÇÃO

Alinhadas às competências a serem desenvolvidas e buscando envolver o aluno de forma ativa no processo de aprendizagem, serão adotadas metodologias e técnicas pedagógicas diversificadas, tais como: aulas expositivo-dialogadas; trabalhos individuais e/ou em grupo; leituras e estudos dirigidos; resoluções de problemas; análises e discussões de documentos; estudos de casos; pesquisas; seminários; estudos de caso; resenhas, análises de filmes; debates; assessoramentos individuais ou em grupo; estudos dirigidos; fichas de leitura; exercícios para resolução individual e em equipe; produções de textos e artigos científicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

As formas de avaliação envolverão tanto a dimensão individual quanto a coletiva, e deverão contemplar a participação nas atividades realizadas em aula. Em princípio, estima-se:

Participação em aula, Seminários e Trabalhos em Grupo = 4,0.

Elaboração de Artigo Científico e Trabalhos individuais = 6,0.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, D. B. S. G. **Mercado de capitais: definição, funções, objetivos e histórica da regulação brasileira**. In: _____. Regulação brasileira do mercado de capitais. São Paulo: Saraiva, 2015.

ARNER, D. W.; BARBERIS, J. N.; BUCKLEY, R. P. **FinTech, RegTech and the Reconceptualization of Financial Regulation**. Northwestern Journal of International Law &

Business; University of Hong Kong Faculty of Law Research, October 1, 2016. [Paper nº. 2016/035]. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2847806>>.

ARNER, D. W.; BARBERIS, J. N.; BUCKLEY, R. P. **The Evolution of Fintech: A NEW POST-CRISIS PARADIGM?** University of Hong Kong Faculty of Law Research, [Paper nº 2015/047], October 1, 2015. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2676553>>.

BAPTISTA, Patrícia; KELLER, Clara Iglesias. **Por que, quanto e até onde regular as novas tecnologias?** Entre inovação e preservação, os desafios trazidos pelas inovações disruptivas. In: FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON, Bruno (Coord.). *Regulação e novas tecnologias*. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

BEBCZUK, R. N. **Asymmetric information in financial markets: introduction and applications**. Cambridge: Cambridge University, 2003.

BOCATER, M. I. R. **O exercício do poder de polícia e regulador da CVM: aperfeiçoamentos recentes**. In: MOSQUERA, R. Q. (Org.). *Aspectos atuais do direito do mercado financeiro e de capitais*. São Paulo: Dialética, 1999.

CARNEY, Mark. **The Promise of FinTech** – something new under the sun? Discurso feito ao G-20 na Conferência “Digitising Finance, Financial Inclusion and Financial Literacy”. Wiesbaden, Alemanha, 25 de janeiro de 2017.

DIAS, Bruno Fernandes; PEPE, Rafael Gaia Edais. **Elementos jurídicos da regulação do crowdfunding no Brasil**. In: FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON, Bruno (Coord.). *Regulação e novas tecnologias*. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

DEBIASI, C. M. **O mercado de Previdência Privada no Brasil: análise das melhores alternativas de investimento previdenciário**. *Revista de Ciências da Administração*, v. 6, n. 12, p. 01-22, 2004. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/24823/o-mercado-de-previdencia-privada-no-brasil--analise-das-melhores-alternativas-de-investimento-previdenciario/i/pt-br>>.

JAKOBI, K. B.; RIBEIRO, M. C. P. **A Análise econômica do Direito e a regulação do mercado de capitais**. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

YAZBEK, Otavio. **Crise, inovação e regulação do mercado financeiro**. In: SATIRO, Francisco de Souza Júnio (coord.). *Direito, gestão e prática: mercado de capitais*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 133-134.

ZHOU, W.; ARNER, D. W.; BUCKLEY, R. P. **Regulation of Digital financial services in china: last mover Advantage**. *Tsinghua China Law Review*, University of Hong Kong Faculty of Law Research, [Paper nº. 2015/044], N. 8, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2660050>>.

PILKINGTON, M. **Blockchain Technology: principles and applications**. *Research Handbook on Digital Transformations*, 18, 2015. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2662660>>.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Tópicos Especiais II – Responsabilidade Civil e Novas Tecnologias**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112170_T15

Professores: Prof. Dr. Cristiano Colombo, Prof. Dr. Fabiano Koff Coulon e Prof. Dr. Wilson Engelmann.

EMENTA

Introdução à Responsabilidade Civil. Pressupostos. Funções. Classificação. Danos. Quantificação das Indenizações. Novos riscos: mineração e tratamento de dados pessoais, nanotecnologia, internet das coisas, veículos autônomos e inteligência artificial. Ciberespaço e Pessoa. Responsabilidade Civil dos controladores, operadores e encarregados em matéria de proteção de dados pessoais. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Responsabilidade civil dos provedores de conexão e aplicação. Marco Civil da Internet. Nanotecnologia. Princípios. Responsabilidade Civil do Produtor. Mundo corporativo e os impactos das novas tecnologias. Metaverso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Novos riscos. Noções gerais sobre internet. Ciberespaço e interações sociais. Direitos Fundamentais e Novas Tecnologias. Direitos de Personalidade. Teorias da regulação. “Corpo eletrônico”. Cenário legislativo brasileiro sobre novas tecnologias. Responsabilidade Civil: das noções clássicas aos novos riscos. Funções da responsabilidade civil. Danos no mundo digital. Critérios para fixação indenização. Responsabilidade Civil dos provedores de conexão e aplicação e sua classificação: a) subjetiva; b) objetiva; c) solidária; d) subsidiária. Marco Civil da Internet. Responsabilidade Civil em matéria de proteção de dados: conceitos, princípios,

classificação da responsabilidade civil. Internet das coisas e os dados. Nanotecnologia. Princípios da precaução, da proteção e saúde do público e dos trabalhadores, da sustentabilidade ambiental, da transparência, da participação do público e da responsabilidade do produtor. Danos futuros. Veículos

autônomos e os atores em matéria de responsabilidade civil. Responsabilidade civil dos empregados e empregadores, frente às Novas Tecnologias e o Trabalho. Metaverso.

OBJETIVOS

- a) Compreender as novas tecnologias e suas consequências para a pessoa humana;
- b) Estudar com profundidade a legislação sobre novas tecnologias, com viés teórico e prático;
- c) Refletir sobre os efeitos das novas tecnologias, em matéria de responsabilidade civil;

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, design thinking, frameworks, árvores de decisão e outros modelos.

AValiação

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de Dados Pessoais - A Função e os Limites do Consentimento. São Paulo: GEN, e-book, 2018.

BRANDEIS, Louis; WARREN, Samuel. The right to privacy. Harvard Law Review, Cambridge, v. IV, n. 5. Dec. 1890.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHERRY, Denny. Fundamentos da privacidade digital. São Paulo: Elsevier, 2014.

COLOMBO, Cristiano; FACCHINI NETO, Eugênio. Ciberespaço e conteúdo ofensivo gerado por terceiros: a proteção dos direitos de personalidade e a responsabilização civil dos provedores de aplicação, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 7, n. 3, p. 217-237, 2017. Disponível em <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/4910>. Acesso em: 27 jun. 2018.

DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

SILVA, T. E. M.; ENGELMANN, W.; HOHENDORF, R. V. Nanotecnologias e os desafios no campo alimentar: Que futuro nos espera?. Tomo, v. 29, p. 207-235, 2016.

IRTI, Natalino. Norma e luoghi: problemi di geo-diritto. Bari: Laterza, 2006.

KU, Raymond S. R.; LIPTON, Jacqueline D..Cyberspace Law. Cases and Materials. New York: Aspen Publishers, 2016.

LASICA, J. D. Identity in the age of cloud computing. Washington: The Aspen Institute, 2009.

LESSIG, Lawrence. The Law of the Horse: What Cyber Law Might Teach in Harvard Law Review, Vol. 113, Issue 2 (December 1999), pp. 501-549;

_____. Code Version 2.0. New York: Lawrence Lessig CC Attribution-ShareAlike, 2006. Versão Kindle.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2008.

LIMBERGER, Têmis. O direito à intimidade na era da informática: a necessidade de proteção dos dados pessoais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

LORENZETTI, Ricardo Luis. Comércio Eletrônico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Tópicos Especiais I - Temas Emergentes em Arbitragem**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169_T18

Professor: Prof. Dr. Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Arbitragem e Eficiência Econômica. Gestão de Conflitos. Estratégia. Métodos Adequados de Solução de Conflitos. Cláusulas Escalonadas. Third-Party Funding. Arbitragem Coletiva. Arbitragem e Mercado de Capitais. Arbitragem e Administração Pública. Arbitragem e Direito Concorrencial. Arbitragem e Procedimento. Análise Econômica do Direito e Arbitragem.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Gestão de Conflitos, Estratégia e Eficiência Econômica;
- Third-Party Funding;
- Arbitragem Coletiva;
- Arbitragem no Mercado de Capitais;
- Arbitragem e Direito Concorrencial;
- Arbitragem e Administração Pública.
- Arbitragem e Análise Econômica do Direito.

OBJETIVOS

Ser capaz de compreender a emergência de novos métodos de solução de conflitos, ponderando as alternativas e a busca pela maior eficiência. Desenvolver uma postura crítica e com autonomia intelectual na análise do ordenamento processual, a fim de enfrentar adequadamente os problemas jurídicos e propor soluções, com vistas a concepção de estratégias de enfrentamento de conflitos.

Conhecer e usar a ferramenta da arbitragem como protagonista social, adotando postura ética, independente e responsável.

METODOLOGIA

Alinhadas às competências a serem desenvolvidas e buscando envolver o aluno de forma ativa no processo de aprendizagem, serão adotadas metodologias e técnicas pedagógicas diversificadas, tais como: aulas expositivo-dialogadas; trabalhos individuais e/ou em grupo; leituras e estudos dirigidos; resoluções de problemas; análises e discussões de documentos; estudos de casos; pesquisas; seminários; estudos de caso; resenhas, análises de filmes; debates; assessoramentos individuais ou em grupo; estudos dirigidos; fichas de leitura; exercícios para resolução individual e em equipe; produções de textos e artigos científicos.

AVALIAÇÃO

As formas de avaliação envolverão tanto a dimensão individual quanto a coletiva, e deverão contemplar a participação nas atividades realizadas em aula. Em princípio, estima-se:

Participação em aula, Seminários e Trabalhos em Grupo = 4,0E

Elaboração de Artigo Científico e Trabalhos individuais = 6,0.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA e BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERALDO, Leonardo de Faria. Curso de arbitragem nos termos da Lei 9.307/96. São Paulo: Atlas, 2014.

CAHALI, Francisco José. Curso de Arbitragem. 7a. ed. São Paulo: RT, 2018.

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e Processo. São Paulo: Atlas, 2008.

NOHMI, Antônio Marcos. Arbitragem internacional: mecanismos de solução de conflitos entre Estados. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

PUCCI, Adriana Noemi. Aspectos Atuais da Arbitragem. São Paulo: Forense, 2001.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antônio. Manual de Arbitragem. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

TIMM, Luciano. Arbitragem nos contratos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: ☒ Mestrado ☐ Doutorado

Disciplina: **Responsabilidade Civil e Novas Tecnologias.**

Ano/Semestre: 2024/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina:

Professores: Cristiano Colombo, Fabiano Koff Coulon e Wilson Engelmann.

EMENTA

Introdução à Responsabilidade Civil. Pressupostos. Funções. Classificação. Danos. Quantificação das Indenizações. Novos riscos: mineração e tratamento de dados pessoais, nanotecnologia, internet das coisas, veículos autônomos e inteligência artificial. Ciberespaço e Pessoa. Responsabilidade Civil dos controladores, operadores e encarregados em matéria de proteção de dados pessoais. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Responsabilidade civil dos provedores de conexão e aplicação. Marco Civil da Internet. Nanotecnologia. Princípios. Responsabilidade Civil do Produtor. Mundo corporativo e os impactos das novas tecnologias. Metaverso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Novos riscos. Noções gerais sobre internet. Ciberespaço e interações sociais. Direitos Fundamentais e Novas Tecnologias. Direitos de Personalidade. Teorias da regulação. “Corpo eletrônico”. Cenário legislativo brasileiro sobre novas tecnologias. Responsabilidade Civil: das noções clássicas aos novos riscos. Funções da responsabilidade civil. Danos no mundo digital. Critérios para fixação indenização. Responsabilidade Civil dos provedores de conexão e aplicação e sua classificação: a) subjetiva; b) objetiva; c) solidária; d) subsidiária. Marco Civil da Internet. Responsabilidade Civil em matéria de proteção de dados: conceitos, princípios,

classificação da responsabilidade civil. Internet das coisas e os dados. Nanotecnologia. Princípios da precaução, da proteção e saúde do público e dos trabalhadores, da sustentabilidade ambiental, da transparência, da participação do público e da responsabilidade do produtor. Danos futuros. Veículos autônomos e os atores em matéria de responsabilidade civil. Responsabilidade civil dos empregados e empregadores, frente às Novas Tecnologias e o Trabalho. Metaverso.

OBJETIVOS

- a) Compreender as novas tecnologias e suas consequências para a pessoa humana;
- b) Estudar com profundidade a legislação sobre novas tecnologias, com viés teórico e prático;
- c) Refletir sobre os efeitos das novas tecnologias, em matéria de responsabilidade civil;

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

ARAÚJO, Fernando. Teoria Económica do Contrato. Coimbra: Almedina, 2007.

ASCENSÃO, José de Oliveira. Estudos sobre direito da internet e da sociedade da informação. Coimbra: Almedina, 2001.

ASIMOV, Isaac. Eu robô. Tradução de Aline Sotoria Pereira. São Paulo: Amazon, 2017.

BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de Dados Pessoais - A Função e os Limites do Consentimento. São Paulo: GEN, e-book, 2018.

BRANDEIS, Louis; WARREN, Samuel. The right to privacy. Harvard Law Review, Cambridge, v. IV, n. 5. Dec. 1890.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHERRY, Denny. Fundamentos da privacidade digital. São Paulo: Elsevier, 2014.

COLOMBO, Cristiano. Corpo Eletrônico e Tutela Jurídica. Direito & TI. 2015. Disponível em: <<http://direitoeti.com.br/artigos/corpo-eletronico-e-tutela-juridica/>>. Acesso em: 09 out. 2015.

COLOMBO, Cristiano; FACCHINI NETO, Eugênio. Ciberespaço e conteúdo ofensivo gerado por terceiros: a proteção dos direitos de personalidade e a responsabilização civil dos provedores de aplicação, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 7, n. 3, p. 217-237, 2017. Disponível em <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/4910>. Acesso em: 27 jun. 2018.

COLOMBO, Cristiano. FERREIRA, Natasha Alves. CELLA, José Renato Gaziero. Da economia do compartilhamento e a proteção de dados pessoais em matéria de aplicativos. In: 9o Congresso Iberoamericano de Investigadores y Docentes de Derecho e Informática, Montevideo, Mayo/2019. Disponível em www.aeu.org.uy/ucsocios_3785_1.html. Acesso em 01 jul 2019.

COLOMBO, Cristiano. GOULART, Guilherme Damasio. Hipervulnerabilidade do consumidor no ciberespaço e tratamento de dados pessoais à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais brasileira. In: 9o Congresso Iberoamericano de Investigadores y Docentes de Derecho e Informática, Montevideo, Mayo/2019. Disponível em www.aeu.org.uy/andocasociado.aspx?3785,10191. Acesso em 01 jul 2019.

COULON, Fabiano Koff. Oikos, domus e polis: configurações da relação entre o público e o privado. In: Judith Martins-Costa. (Org.). Narração e Normatividade: ensaios de direito e literatura. 1ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2013, v. , p. 213-234.

COULON, Fabiano Koff. Direito de acesso às fontes de informação. In: MELO, José Marques de.. (Org.). Enciclopédia Intercom de Comunicação. 1ed. São Paulo: Intercom, 2010, v. 1, p. 392-393.

COULON, Fabiano Koff. Critérios de quantificação dos danos extrapatrimoniais adotados pelos tribunais brasileiros e análise econômica do direito. In: Luciano Benetti Timm. (Org.). Direito & Economia. 2ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, v. , p. 175-191.

COULON, Fabiano Koff. Análise Econômica do Direito e Indenização por Danos Extrapatrimoniais: a Proposta de Cooter e Ulen. In: III Sepesq - Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação do UniRitter, 2007, Porto Alegre. III Sepesq - Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação do UniRitter, 2007.

DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

EASTERBROOK, Frank H. "Cyberspace and the Law of the Horse," 1996 University of Chicago Legal Forum 207 (1996).

ENGELMANN, W.; ALDROVANDI, A. . O direito à informação sobre a toxicidade dos nanoalimentos. Pensar (UNIFOR), v. 17, p. 672-698, 2012.

SCHUSTER, D. H. ; ENGELMANN, W. . A Aposentadoria Especial perante as Novas (Nano) Tecnologias e Técnicas de Produção Pós-Industrial: compatibilizando a proteção social com o princípio da precaução. *Revista Brasileira de Direito Previdenciário*, v. 32, p. 23-44, 2016.

ENGELMANN, W.. Novos desafios para o Direito na Era das Nanotecnologias. Tomo, v. 29, p. 37-54, 2016.

SILVA, T. E. M. ; ENGELMANN, W. ; HOHENDORF, R. V. . Nanotecnologias e os desafios no campo alimentar: Que futuro nos espera?. Tomo, v. 29, p. 207-235, 2016.

PELLIN, D. R. ; ENGELMANN, W. . Construcción NanoÉtica: la emancipación de la administración de la sociedad por gubernamentalidad aplicada. *Cadernos de Dereito Actual*, v. 5, p. 107-121, 2017.

GOMES, CLAUDINO ; ENGELMANN, WILSON . NANOTECNOLOGIA E A VULNERABILIDADE DOS TRABALHADORES EM SEU AMBIENTE LABORATIVO: OS DESAFIOS GERADOS PELA IN (EXISTENCIA) DE NORMAS PROTETIVAS TRABALHISTAS. *Revista de Direitos Fundamentais nas Relações do Trabalho, Sociais e Empresariais*, v. 4, p. 83-105, 2019.

FAZENDEIRO, Ana. Regulamentação geral sobre a proteção de dados. Coimbra: Almedina, 2017.

FLORIDI, Luciano. The construction of personal identities online. *Minds and Machines*, v. 21, n. 4, p. 477-479, 2011.

GONÇALVES, Diogo Costa. Pessoa e direitos de personalidade. Coimbra: Almedina, 2008.

HERNANDO, Javier Alvarez. *Practicum Protección de Datos*. Navarra: Editorial Aranzadi, 2018.

IRTI, Natalino. *Norma e luoghi: problemi di geo-diritto*. Bari: Laterza, 2006.

KU, Raymond S. R.; LIPTON, Jacqueline D.. *Cyberspace Law. Cases and Materials*. New York: Aspen Publishers, 2016.

LASICA, J. D. *Identity in the age of cloud computing*. Washington: The Aspen Institute, 2009.

LESSIG, Lawrence. The Law of the Horse: What Cyber Law Might Teach in *Harvard Law Review*, Vol. 113, Issue 2 (December 1999), pp. 501-549;

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2008.

LIMBERGER, Têmis. O direito à intimidade na era da informática: a necessidade de proteção dos dados pessoais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

LORENZETTI, Ricardo Luis. *Comércio Eletrônico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MANUAL da legislação europeia sobre proteção de dados. 2014. Disponível em: <fra.europa.eu/sites/default/files/fra-2014-handbook-data-protection-pt.pdf>. Acesso em: 27 jun 2018. <https://www.gpdp.gov.mo/uploadfile/others/wp136_pt.pdf>. Acesso em: 2018.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O rosto e a máquina*. São Paulo: Paulus, 2013.

MARQUES, Cláudia Lima. Confiança no comércio eletrônico e a proteção do consumidor. Um estudo dos negócios jurídicos de consumo no comércio eletrônico. São Paulo: RT, 2004, p. 71;

MARQUESONE, Rosângela. Big data: técnicas e tecnologias para a extração de valor de dados. São Paulo: Casa do Código, 2016.

MARTINS, Guilherme Magalhães. Formação dos Contratos eletrônicos de Consumo via internet. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor. Delete – The Virtue of Forgetting in the Digital Age. Princeton: Princeton University Press: 2009.

MENDES, Laura Schertel. Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Laura Schertel. Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor: Linhas gerais de um novo direito fundamental. São Paulo: Saraiva, 2014.

MIRAGEM, Bruno. O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

PAESANI, Liliana Minardi. Direito e Internet – Liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PAGALLO, Ugo. La tutela della privacy negli Stati Uniti D’America e in Europa: modelli giuridici a confronto. Milano: Giuffrè, 2008, p. 39.

PARECER 4/2007 sobre o conceito de dados pessoais do Grupo de Trabalho do Artigo 29º para Proteção de Dados da União Europeia. Disponível em: <https://www.gdpd.gov.mo/uploadfile/others/wp136_pt.pdf>. Acesso em: 2018.

PARECER 1/2010 do Grupo de Trabalho do Artigo 29º para Proteção de Dados da União Europeia sobre conceitos de «responsável pelo tratamento» e «subcontratante». Disponível em: https://www.gdpd.gov.mo/uploadfile/others/wp169_pt.pdf. Acesso em 30 jun 2019.

PARECER 15/2011 do Grupo de Trabalho do Artigo 29º para Proteção de Dados da União Europeia sobre a definição de consentimento. Disponível em: https://www.gdpd.gov.mo/uploadfile/others/wp187_pt.pdf. Acesso em 30 jun 2019.

PARECER 3/2013 do Grupo de Trabalho do Artigo 29º para Proteção de Dados da União Europeia sobre limitação da finalidade. Disponível em: <https://www.gdpd.gov.mo/uploadfile/2017/0127/20170127113320522.pdf>. Acesso em 30 jun de 2019.

PARECER 06/2014 sobre o conceito de interesses legítimos do responsável pelo tratamento dos dados na aceção do artigo 7.º da Diretiva 95/46/CE. Disponível em <https://www.gdpd.gov.mo/uploadfile/2015/0803/20150803050042662.pdf>. Acesso em 30 de jun de 2019.

PARECER 8/2014 sobre os recentes desenvolvimentos da Internet das Coisas. Disponível em: <https://www.gpdp.gov.mo/uploadfile/2016/0831/20160831044137578.pdf>. Acesso em 30 jun 2019.

PARECER da Autoridade Europeia para a Protecção de Dados sobre a proposta de decisão quadro do Conselho relativa à utilização dos dados dos Registos de Identificação dos Passageiros (Passenger Name Record — PNR) para efeitos de aplicação da lei. Jornal Oficial da União Europeia, 01 maio 2008. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52008XX0501\(01\)&rid=1](https://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52008XX0501(01)&rid=1)>. Acesso em: 1 jun 2018

PARLAMENTO EUROPEU. Resolução de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P8-TA-0170051+0+DOC+XML+V0//PT>>.

PINHEIRO, Alexandre. Sousa (Coord.) Comentário ao Regulamento Geral de Proteção de Dados. Coimbra: Almedina, 2018. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Seminário Internacional – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: a caminho da efetividade. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0E0USaGQ6h8&t=10055s>. Acesso em 30 jun 2019.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Fontes e evolução do direito civil brasileiro. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1928.

REBOUÇAS, Rodrigo Fernandes. Contratos Eletrônicos. Formação e Validade - Aplicações Práticas. São Paulo: Almedina, 2015.

RECOMENDAÇÃO 01/97 do Grupo de Trabalho sobre a Protecção das Pessoas da União Europeia, no que diz respeito à legislação em matéria de Tratamento de Dados Pessoais. Disponível em https://www.gpdp.gov.mo/uploadfile/others/wp1_pt.pdf. Acesso em 30 jun 2019

RODOTÀ, Stefano (2012). Il diritto di avere diritti. Roma-Bari: Laterza, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SCHMIDT, Eric; COHEN, Jared. A nova era digital: como será o futuro das pessoas, das nações e dos negócios. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues, Rogério Durst. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

SCHWAB, Klaus. The fourth industrial revolution. Genebra: World Economic Forum, 2016.

SILVA, Leandro Augusto; PERES, Sarajane Marques; BOSCARIOLI, Clódis. Introdução à mineração de dados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

SOLOVE, Daniel J. La persona digital y el futuro de la intimidad. In: POULLET, Yves; ASINARI, María Verónica Pérez; PALAZZI, Pablo (coord.). Derecho à la intimidad y a la protección de datos personales. Buenos Aires: Heliasta, 2009.

TEIXEIRA, Tarcísio. Marco civil da internet comentado. São Paulo: Almedina, 2016.